



Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2025

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS 31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	03
BALANÇO PATRIMONIAL	19
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	21
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	22
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	23
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
NOTAS EXPLICATIVAS	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	91
TERMO DE RESPONSABILIDADE	94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2025

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, consolidamos nossa trajetória de evolução. Fomos reconhecidos pela ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) como a melhor distribuidora do setor nas categorias Gestão da Inovação, Gestão da Qualidade, Gestão Operacional e Melhor Distribuidora da região Sudeste.

Estes reconhecimentos colocam a Neoenergia Elektro entre as melhores distribuidoras do Brasil, mostrando a evolução consistente de nossos processos operacionais e a qualidade de seus profissionais.

Profissionais que além de seu conhecimento destacado, mostram todos os dias seu sentimento de dono e seu orgulho de pertencer, elegendo a Neoenergia Elektro como a Melhor Empresa para se trabalhar em 2025, no interior de São Paulo, pelo segundo ano consecutivo, segundo ao GPTW (Great Place to Work).

A força deste time impulsionou os resultados operacionais mais uma vez de forma expressiva, gerando um EBITDA de R\$2.292 milhões, um crescimento de 14% em relação ao ano de 2024, e lucro líquido de R\$687 milhões, superando o ano anterior.

Os investimentos em 2025 foram de R\$1.058 milhões, um dos maiores da nossa história, garantindo a expansão e manutenção dos nossos sistemas elétricos. Foram realizadas 133 mil novas ligações, que levaram a nossa empresa a superar o número de 3 milhões de clientes, distribuídos em 228 municípios em nossa área de concessão, sendo 223 municípios no Estado de São Paulo e outros 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.

A busca constante pela eficiência se mostrou mais uma vez, nosso ponto forte, recuperando 51,7 GWh de energia em perdas, valor suficiente para garantir o consumo de 21,5 mil residências durante 1 ano, colocando a Neoenergia Elektro como referência no setor, com índices de perdas de 6,41%.

Mais uma vez, as mudanças climáticas que trouxeram eventos extremos para a região sudeste nos anos de 2023 e 2024, se repetiram em 2025, exigindo muito de todos nossos colaboradores, que se desdobraram para atender as necessidades de nossos clientes. Ainda assim, em 2025, nos superamos e concluímos o ano com os melhores indicadores de qualidade de fornecimento de nossa história, mesmo em situações tão adversas, o indicador de continuidade de energia DEC atingiu o valor de 6,15 horas, melhorando em 5% (em 2024 o valor foi de 6,45 horas), e o indicador de frequência FEC atingiu o valor de 3,39 vezes, melhorando em 3% em relação ao ano anterior.

Deixo aqui, meu agradecimento especial para todos os nossos colaboradores e suas famílias, pela dedicação, luta e empenho em seu trabalho durante o ano de 2025. Com a nossa paixão e a força do nosso propósito, vamos em 2026 continuar a construção de uma empresa mais humana e diversa, com resolutividade e sentimento de dono, reforçando nosso compromisso de melhoria dos resultados com segurança, qualidade e eficiência.

Antonio Sergio Casanova

Diretor-presidente da Neoenergia Elektro

1. A NEOENERGIA ELEKTRO

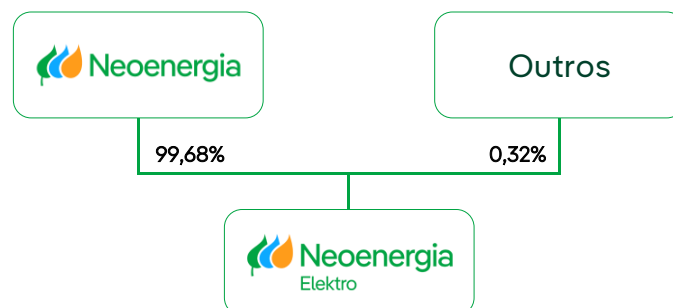
A Elektro Redes S.A. (“Neoenergia Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Área de Atuação

A Neoenergia Elektro distribui energia para cerca de 3 milhões de consumidores, numa área de concessão de 121 mil km², distribuídos em 228 municípios, sendo 223 no estado de São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.2. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Número de Consumidores Ativos

Em 2025, a Neoenergia Elektro alcançou o número de 3.026.721 consumidores ativos, registrando crescimento de 1,6% e apresentando incremento de 47.575 novos clientes em relação ao ano anterior.

Descrição	Número de Consumidores					Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
	2025	2024	2023	2022	2021	2025	2024	2025 / 2024	
Residencial	2.636.154	2.589.298	2.540.626	2.494.482	2.449.980	87,10%	86,91%	46.856	1,8%
Industrial	19.317	19.447	19.579	19.682	19.709	0,64%	0,65%	(130)	(0,7%)
Comercial	211.963	211.039	209.343	207.507	203.591	7,00%	7,08%	924	0,4%
Rural	125.241	125.610	126.137	126.442	129.001	4,14%	4,22%	(369)	(0,3%)
Outros	33.666	33.463	32.232	30.977	30.357	1,11%	1,12%	203	0,6%
<i>Poder Público</i>	22.552	22.576	21.721	20.522	19.913	0,75%	0,76%	(24)	(0,1%)
<i>Iluminação Pública</i>	6.670	6.492	6.271	6.311	6.386	0,22%	0,22%	178	2,7%
<i>Serviço Público</i>	4.444	4.395	4.240	4.144	4.058	0,15%	0,15%	49	1,1%
Subtotal	3.026.341	2.978.857	2.927.917	2.879.090	2.832.638	100,0%	100,0%	47.484	1,6%
Consumo Próprio	380	289	267	267	259	0,01%	0,01%	91	31,5%
Total	3.026.721	2.979.146	2.928.184	2.879.357	2.832.897	100,0%	100,0%	47.575	1,6%
Variação	1,60%	1,74%	1,70%	1,64%	2,25%				

2.2. Energia Distribuída

No ano, a energia distribuída (cativo + livre) foi de 19.669.478 MWh, queda de 1,1% em relação a 2024. Vale destacar que Neoenergia Elektro teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

O consumo residencial apresentou queda de 1,4% em 2025 vs. 2024, em razão das menores temperaturas no período.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma redução de 42,2% no ano, principalmente pelo baixo desempenho dos setores de alimentos e bebidas e de químicos.

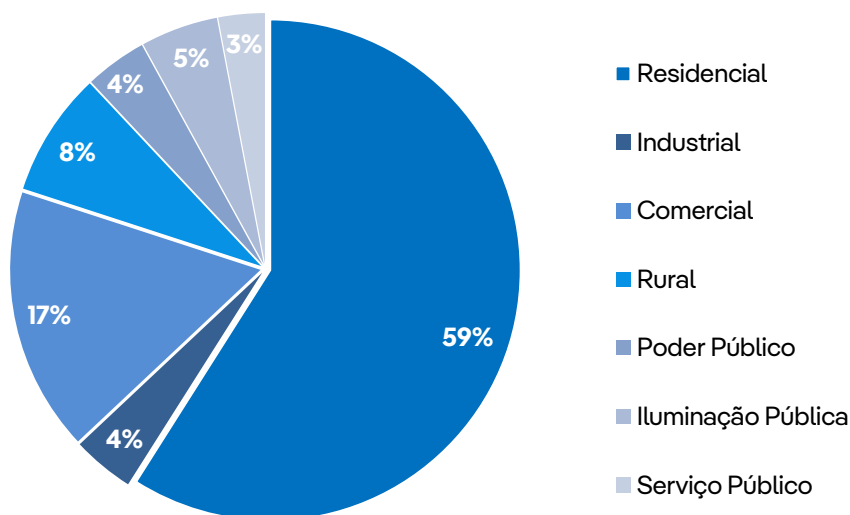
A classe comercial cativa apresentou redução de 19,2% em 2025 vs. 2024, influenciada por temperaturas mais amenas.

A classe rural cativa registrou queda de 12,7% em 2025 vs. 2024.

As outras classes apresentaram decréscimo de 9,8% no ano.

O mercado livre apresentou crescimento de 8,0% em 2025 vs. 2024, dado a maior migração de clientes, o que influenciou na queda das classes cativas ao longo do ano.

Consumo por classe de consumidores



Mercado Atendido - MWh	2025	2024	2023	2022	2021	2025 x 2024	%
Energia Faturada (Cativo + Livre)	19.669.478	19.888.639	18.673.242	18.696.464	18.715.309	(219.161)	(1,1%)
Fornecimento	9.357.604	10.342.716	10.368.110	10.411.630	10.883.215	(985.113)	(9,5%)
Residencial	5.489.051	5.564.269	5.275.608	5.020.836	5.158.515	(75.218)	(1,4%)
Industrial	412.664	713.642	960.493	1.125.000	1.222.000	(300.978)	(42,2%)
Comercial	1.596.208	1.974.811	2.051.846	2.097.061	2.078.030	(378.603)	(19,2%)
Rural	755.025	865.160	812.350	889.000	1.133.000	(110.135)	(12,7%)
Poder Público	389.115	413.013	364.251	330.139	286.142	(23.898)	(5,8%)
Iluminação Pública	433.717	451.777	464.441	498.256	517.731	(18.060)	(4,0%)
Serviço Público	272.484	351.164	430.862	443.290	479.701	(78.680)	(22,4%)
Consumo Próprio	9.339	8.879	8.259	8.049	8.095	460	5,2%
Uso da Rede de Distribuição	10.311.874	9.545.923	8.305.133	8.285.386	7.831.999	765.952	8,0%
Consumidores Livres/Dist./Ger.	10.311.874	9.545.923	8.305.133	8.285.386	7.831.999	765.952	8,0%
Total (Cativo + Livre + Suprimento)	19.669.478	19.888.639	18.673.242	18.696.464	18.715.309	(219.161)	(1,1%)
Variação		(1,1%)	6,5%	0,0%	(0,1%)	6,3%	

2.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 21.016.146 MWh em 2025 (-1,5% vs. 2024), em razão das menores temperaturas no período.

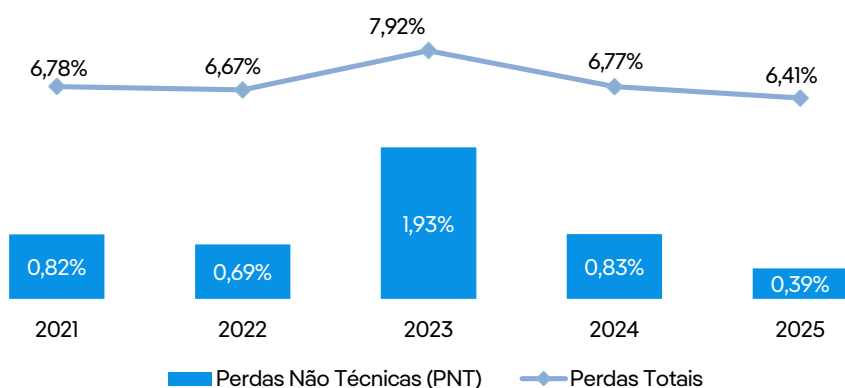
As perdas totais atingiram o patamar de 1.346.668 MWh, -6,8% em relação ao registrado em 2024, de 1.445.185.

BALANÇO ENERGÉTICO (MWh)					
Energia Requerida	2025	2024	2023	2022	2021
Venda de energia	9.357.604	10.342.716	10.368.110	10.411.077	10.883.310
Fornecimento ⁽¹⁾	9.357.604	10.342.716	10.368.110	10.411.077	10.883.310
Consumidores Livres/Dist./Ger.	10.311.874	9.545.923	8.305.133	8.285.386	7.831.999
Mercado Atendido	19.669.478	19.888.639	18.673.242	18.696.464	18.715.309
Perdas na Distribuição	1.346.668	1.445.185	1.607.154	1.336.079	1.360.691
Perdas Técnicas	1.265.028	1.269.005	1.214.739	1.196.956	1.195.304
Perdas Não Técnicas (PNT)	81.641	176.180	392.415	139.123	165.387
PNT/Energia Requerida (%)	0,4%	0,8%	1,9%	0,7%	0,8%
Perdas Totais	1.346.668	1.445.185	1.607.154	1.336.079	1.360.691
PT/Energia Requerida %	6,41%	6,77%	7,92%	6,67%	6,78%
Total	21.016.146	21.333.824	20.280.396	20.032.543	20.076.000

⁽¹⁾ A Companhia reavaliou a métrica utilizada e passou a apresentar o volume de energia faturada, pois entende representar melhor o valor faturado

2.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia fornecida/faturada, e a energia requerida/comprada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução desse indicador.



A Neoenergia Elektro apresentou perdas totais 12 meses de 6,41% no 4T25, performando abaixo do seu limite regulatório, de 8,07%.

Em 2025 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 25 mil inspeções, recuperando mais de 50 GWh;
- (ii) Substituição de mais de 7 mil medidores obsoletos;
- (iii) Regularização cerca de 21 mil clandestinos;
- (iv) Realização ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

2.5. DEC e FEC

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor, que aferem respectivamente a duração média das interrupções e a quantidade média de interrupções por consumidor.

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em dezembro de 2025 foi de 6,15 horas, abaixo do limite regulatório da Aneel (7,66 horas).

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), anualizado em dezembro de 2025 foi de 3,39 interrupções, também abaixo do limite da Aneel (5,62 vezes).

O indicador TMAE (Tempo Médio de Atendimento a Emergências) é o valor médio correspondente aos tempos de atendimento a ocorrências emergenciais (TAE) das equipes de emergência, para o atendimento às ocorrências emergenciais verificadas em um determinado conjunto de unidades consumidoras, no período de apuração considerado.

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Elektro superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMAE (horas)
2021	7,27	3,98	557,82
2022	6,97	3,84	422,62
2023	7,33	3,73	525,90
2024	6,45	3,49	404,04
2025	6,15	3,39	375,04

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

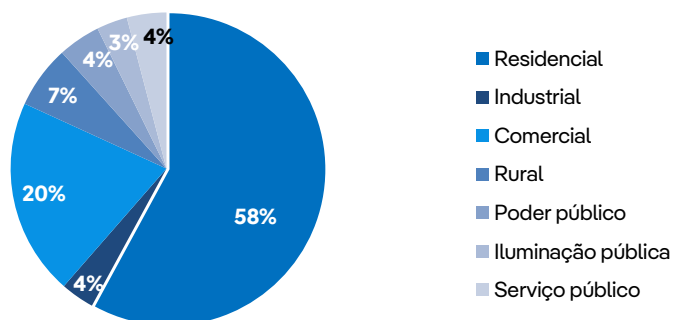
Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras regulatórias e notas explicativas.

3.1. Receita Operacional Bruta

RECEITA BRUTA EM R\$ MIL				
Classe	2025	2024	Variação	%
Residencial	2.560.421	2.535.305	25.116	1,0%
Industrial	152.683	284.159	(131.476)	(46,3%)
Comercial	900.356	1.057.932	(157.576)	(14,9%)
Rural	286.420	321.690	(35.270)	(11,0%)
Poder público	193.575	195.541	(1.966)	(1,0%)
Iluminação pública	140.242	134.507	5.735	4,3%
Serviço público	180.388	203.157	(22.769)	(11,2%)
Fornecimento faturado do mercado cativo	4.414.085	4.732.291	(318.206)	(6,7%)
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	6.970.431	7.092.987	(122.556)	(1,7%)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	294.449	(109.384)	403.833	(369,2%)
Outras Receitas	1.826.005	751.219	1.074.786	143,1%
Total	13.504.970	12.467.113	1.037.857	8,3%

A Receita decorrente do fornecimento de energia elétrica a clientes cativos da Neoenergia Elektro no exercício de 2025 registrou R\$ 4.414.085 mil, queda de 6,7% quando comparada com 2024 (R\$ 4.732.291 mil), impactada principalmente pelo menor volume fornecido no mercado cativo.

Fornecimento Faturado - mercado cativo (participação na receita)



Calculada com base na receita sobre o fornecimento de energia a clientes cativos (em MWh), a tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2025 foi de R\$ 466/MWh, um incremento de 4,9% em relação ao ano anterior (R\$ 444/MWh).

Tarifa Média de fornecimento em R\$/MWh			
Classe	2025	2024	%
Residencial	466	456	2,4%
Industrial	370	398	(7,1%)
Comercial	564	536	5,3%
Rural	379	372	2,0%
Poder público	497	473	5,1%
Iluminação pública	323	298	8,6%
Serviço público	662	579	14,4%
Tarifa Média	466	444	4,9%

3.2. Resultado Econômico-Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2025	2024	2025 X 2024	
			R\$	%
Receita Bruta	13.504.970	12.467.113	1.037.857	8,3%
Deduções da Receita Bruta	(5.115.367)	(4.637.268)	(478.099)	10,3%
Receita Operacional Líquida	8.389.603	7.829.845	559.758	7,1%
Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	(5.192.552)	(4.946.553)	(245.999)	5,0%
Margem Operacional Líquida	3.197.051	2.883.292	313.759	10,9%
Custos Gerenciáveis (Parcela B)	(1.410.124)	(1.345.533)	(64.591)	4,8%
Resultado do Serviço	1.786.927	1.537.759	249.168	16,2%
Amortização / Depreciação	505.322	477.800	27.522	5,8%
EBITDA	2.292.249	2.015.559	276.690	13,7%
Resultado Financeiro	(916.577)	(626.680)	(289.897)	46,3%
Resultado Operacional	870.350	911.079	(40.729)	(4,5%)
IR e CSLL	(183.425)	(270.718)	87.293	(32,2%)
Lucro (Prejuízo) do Período	686.925	640.361	46.564	7,3%

A Neoenergia Elektro encerrou o exercício de 2025 apresentando Receita Operacional Líquida de R\$ 8.389.603 mil, aumento de 7,1% vs. 2024, impulsionada pelo aumento da base de clientes e pela variação positiva da parcela B de +0,69% do reajuste de agosto/24 e de +1,30% do reajuste de agosto/25.

Os custos e despesas operacionais (Parcela A+B) em 2025 totalizaram R\$ 6.602.676 mil, aumento de 4,9% em relação ao ano de 2024, quando a Companhia registrou R\$ 6.292.086 mil.

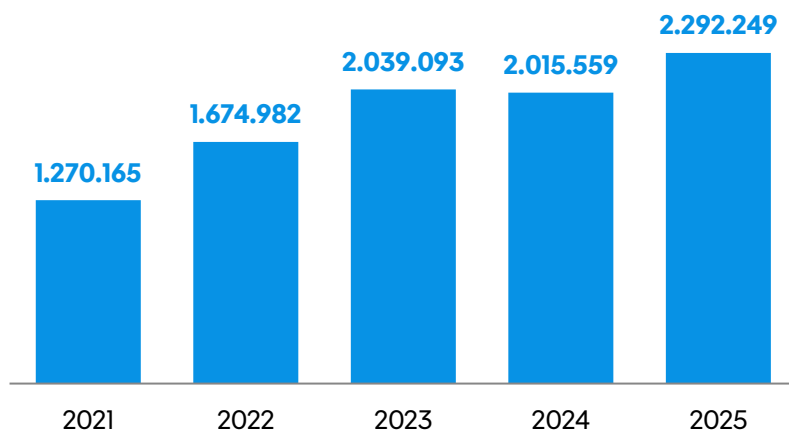
Considerando os fatores acima mencionados, a Neoenergia Elektro registrou EBITDA de R\$ 2.292.249 mil em 2025, crescimento de 14% quando comparado a 2024.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 916.577 mil em 2025 (vs. -R\$ 626.680 mil em 2024), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio e maior CDI. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo crédito de R\$ 16 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos tributários.

A rubrica de IR/CS foi de -R\$ 183.425 mil em 2025, vs. -R\$ 270.718 em 2024. Em 2025 observa-se o impacto positivo do indêbitos tributário ocorrido no 2T25, gerando crédito no valor de R\$ 39 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos relativos à retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Com esses efeitos, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 686.925 mil em 2025, +7,3% vs. 2024.

Apresentamos abaixo a evolução do EBITDA da Neoenergia Elektro nos últimos 5 anos:



4. PLANO DE INVESTIMENTOS

4.1. Investimentos e Modernização na área de concessão da Neoenergia Elektro

Em 2025, a Neoenergia Elektro investiu R\$ 1.182.463 mil, dos quais R\$ 83.962 mil foram investimentos subvencionados.

Estão abaixo discriminados os investimentos gerenciais segregados por natureza de investimento:

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ mil)	Neoenergia Elektro		
	2025	2024	Δ %
Expansão de Rede	686.835	626.605	10%
Novas Ligações	483.686	397.319	22%
Novas SE's e RD's	203.149	229.286	(11%)
Renovação de Ativos	175.900	187.325	(6%)
Melhoria da Rede	90.570	114.494	(21%)
Perdas e Inadimplência	9.563	11.383	(16%)
Outros	178.630	120.212	49%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	40.965	5.086	N/A
(=) Investimento Bruto	1.182.463	1.065.106	11%
SUBVENÇÕES	(83.962)	(42.346)	99%
(=) Investimento Líquido	1.098.501	1.022.760	7%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(40.965)	(5.086)	N/A
(=) CAPEX	1.057.536	1.017.675	4%
Base de Anuidade Regulatória	178.630	120.212	49%
Base de Remuneração Regulatória	962.868	939.808	2%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

5.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.835 milhões (dívida bruta de R\$ 8.231 milhões), apresentando um crescimento de 25% (R\$ 1.556 milhões) em relação a dezembro de 2024. Em relação a segregação do saldo devedor, 84% da dívida está contabilizada no longo prazo e 16% no curto prazo.

6. PRÁTICAS DE GESTÃO

6.1. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 175.651 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2025 e pagos em 28/05/2025;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 25.895 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/03/2025 e pagos em 28/05/2025;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 29.994 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 12/11/2025;
- (iv) Dividendos Intermediários de R\$ 483.934 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/07/2025 e pagos em 19/12/2025;
- (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 28.673 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 29/09/2025 e pagos em 12/11/2025;
- (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 167.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 24/10/2025 e pagos em 12/11/2025;
- (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 26.714 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

7. MEIO AMBIENTE

No desempenho das atividades operacionais, a Neoenergia Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2025, destinou R\$ 2.989 mil em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

8. PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E P&D

A lei nº 9.991/2000 estabelece a obrigação de aplicar, anualmente, no montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência energética e Pesquisa e Desenvolvimento. Todos os gastos relacionados a esses projetos e pesquisas, realizados em parceria com empresas e universidades, são justificados à Aneel mediante a fiscalização.

9. RECURSOS HUMANOS

Em 2025, a Neoenergia Elektro mantinha 3.951 colaboradores próprios em seu quadro funcional, além de 1.332 colaboradores terceirizados. O valor total bruto aplicado na folha de pagamentos foi R\$ 371.745 mil.

10. ESG

Às vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, e reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 – com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 – alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las.

A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBDS e PSR, lançado em evento Coalizões Temáticas rumo à COP30, que ocorreu em outubro, em Brasília.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

A apuração do resultado das metas de ESG de 2025 serão divulgadas no relatório de sustentabilidade.

11. GESTÃO DA QUALIDADE

O alto desempenho e sustentabilidade dos resultados são alcançados com a combinação de pessoas engajadas e processos maduros. Ter processos maduros significa padronizar e controlar as atividades, identificar e medir o desempenho e melhorar a eficiência. Em 2025 avaliamos a maturidade dos processos, estabelecemos planos de melhoria e aumentamos a nossa eficiência.

12. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os projetos entregues ao longo de 2025 demonstram a capacidade da companhia em alinhar tecnologia, operações e negócio, criando soluções robustas, escaláveis e voltadas para geração de valor.

Em 2025, os principais projetos e sistemas desenvolvidos pelo Grupo Neoenergia na Diretoria de Sistemas foram:

MMGD (Micro e Minigeração Distribuída)

O projeto estruturou uma jornada de implantação distribuída entre as concessionárias do grupo, com avanços importantes principalmente no Nordeste, assegurando que os fluxos de MMGD fossem processados com maior estabilidade e visibilidade operacional.

Tarifa Social - MP 1.300/2025

O projeto contou com um esforço coordenado entre Tecnologia, Comercial, Regulação, Atendimento e diversas áreas de apoio, dada a urgência e o alto impacto social da medida. O projeto incluiu novos critérios de faturamento, ajustes de cálculo para descontos, adequações tarifárias, atualização de mensagens na fatura e lógica de composição de consumo.

Nota Fiscal Eletrônica de Energia Elétrica (NF3e)

Representa um movimento relevante na modernização fiscal aplicada ao setor elétrico brasileiro nos últimos anos. Mais do que uma mudança regulatória, a NF3e configura-se como um pilar estratégico na jornada de digitalização, eficiência operacional e conformidade tributária das distribuidoras, onde as empresas passaram a operar integralmente com o modelo em 2025.

Reforma Tributária - Lei Complementar nº 214/2025

Uma das maiores mudanças estruturais do sistema fiscal brasileiro, substituindo cinco tributos (PIS, COFINS, ICMS, ISS, IPI) por um novo modelo de IVA Dual (CBS + IBS). Para a Neoenergia, isto exigiu um programa robusto de adequações sistêmicas, operacionais e fiscais nos seus sistemas.

Projeto RotaNEO

A iniciativa ampliou a capacidade operacional das distribuidoras e introduziu melhorias estruturantes – como novas funcionalidades de campo, integração de mapas, automações e evolução contínua para equipes de campo – reforçando a eficiência e a qualidade do atendimento.

Portal de Parceiros – Originadores de Leads

Entrega que traz uma solução digital que aprimora o relacionamento com parceiros e cria uma jornada integrada de geração, qualificação e acompanhamento de oportunidades. A plataforma ampliou a produtividade comercial e aumentou a transparência entre as áreas, agregando eficiência ao ecossistema de originação.

Projetos Encargos Varejistas, Plano comercial, WBC e SIGE

Os projetos transformaram os processos comerciais e operacionais da Neoenergia, consolidando-se como entregas relevantes em 2025 no ecossistema de liberalizados, através da modernização do modelo de faturamento dos clientes varejistas, elevando a eficiência operacional, a acurácia dos processos e a experiência do cliente, além de preparar o terreno para uma operação mais inteligente e integrada da gestão de energia, alinhada aos desafios futuros do setor.

Projeto Nexpose

O projeto entregou uma solução moderna de varredura de vulnerabilidades e governança integrada. Além de ampliar a visibilidade sobre riscos e acelerar ações de remediação, o projeto introduziu processos padronizados e aderentes às melhores práticas de segurança.

Projetos Kaffa Nordeste, Kaffa Sudeste, Melhorias GSE

Avanços na digitalização dos processos de obras e implantação de mobilidade para equipes de campo. Essas iniciativas reforçam a visão da Neoenergia em estruturar plataformas mais modernas e integradas, fundamentais para a gestão dos ativos e digitalização de redes.

13. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, o Grupo Neoenergia adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais. O Grupo Neoenergia disponibiliza informações no site de Relações com Investidores (<http://ri.neoenergia.com>) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais, disponíveis na B3 e CVM bem como no site de RI.

14. A OUTORGADA EM NÚMEROS

NEOENERGIA ELEKTRO				
Grandes Números da Companhia	2025	2024	Variação	Variação (%)
Atendimento				
Número de Consumidores	3.026.721	2.979.146	47.575	1,60%
Número de empregados	3.951	3.916	35	0,89%
Número de consumidores por empregado	766,06	760,76	5	0,70%
Número de localidades atendidas	228	228	-	0,00%
Número de agências	229	228	1	0,44%
Mercado				
Área de Concessão (km²)	120.948	120.948	(0)	(0,00%)
Demanda Máxima (MW)	3.462	3.300	162	4,92%
Distribuição direta (MWh)	19.669.478	19.888.639	(219.161)	(1,10%)
Consumo residencial médio (KWh/ano)	174,94	180,54	(6)	(3,10%)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	466,10	444,44	22	4,87%
Residencial	466,46	455,64	11	2,37%
Industrial	369,99	398,18	(28)	(7,08%)
Comercial	564,06	535,71	28	5,29%
Rural	379,35	371,83	8	2,02%
Poder Público	497,48	473,45	24	5,07%
DEC (horas)	6,15	6,45	(0,30)	(4,65%)
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	2.901.480	2.853.536	47.944	1,68%
População atendida - Rural (em milhares de habitante)	125.241	125.610	(369)	(0,29%)
FEC (vezes)	3,39	3,49	(0,10)	(2,87%)
Indicador de reclamações por 1.000 consumidores ⁽¹⁾	2,53	2,77	(0,24)	(8,66%)
Operacionais				
Número de Subestações	166	162	4	2,47%
Linhas de transmissão (Km) ²	2.691	2.579	113	4,37%
Linhas de distribuição (Km)	119.698	118.692	1.006	0,85%
Financeiros				
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	13.504.970	12.467.113	1.037.857	8,32%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	8.389.603	7.829.845	559.758	7,15%
EBITDA (R\$ mil)	2.292.249	2.015.559	276.690	13,73%
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	686.925	640.361	46.564	7,27%
Lucro líquido por lote de mil ações	3,55	3,30	0,24	7,27%
Patrimônio Líquido	1.567.129	1.810.529	(243.400)	(13,44%)
Valor patrimonial do lote de mil ações	8,09	9,34	(1,26)	(13,44%)
Margem Operacional Líquida (%)	0,08	0,08	0,00	0,11%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	0,44	0,35	0,08	23,93%
Dívida Bruta	8.231.170	7.042.991	1.188.179	16,87%
Dívida Líquida	7.834.558	6.278.819	1.555.739	24,78%
Indicadores de Performance				
Energia Comprada em MW / Número de Funcionários	3.296	3.494	(198)	(5,67%)
Energia Comprada em MW / Número de Consumidores	4,30	4,59	(0,29)	(6,32%)
Resultado Líquido Operacional / Total de Ativos	0,60	0,58	0,02	3,68%

⁽¹⁾ indicador regulatório de reclamações apurado e acompanhado considera as reclamações procedentes a cada 1000 clientes (FER – Frequência Equivalente de Reclamações) e não considera as reclamações de Falta de Energia, Tensão de Fornecimento e Ressarcimento de Danos

⁽²⁾ Considera linhas de subtransmissão (linhas com até 138 KV de tensão)



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO REDES S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

	Notas	2025	2024
Ativo			
Ativo Circulante		3.996.141	4.117.260
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	381.409	744.562
Consumidores	5	1.292.679	1.089.846
Concessionárias e Permissionárias	5	1.187.269	1.048.515
Serviços em Curso	6	107.944	208.895
Tributos Compensáveis	7	153.948	67.512
Almoxarifado Operacional		12.552	13.326
Investimentos Temporários	12	15.203	19.580
Ativos Financeiros Setoriais	8	503.095	541.074
Despesas Pagas Antecipadamente		87.613	61.690
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	24.898	127.646
Outros Ativos Circulantes		229.531	194.614
Ativo Não Circulante		10.010.800	9.436.196
Consumidores	5	26.724	15.393
Concessionárias e Permissionárias	5	17.966	17.966
Tributos Compensáveis	7	107.072	92.349
Depósitos Judiciais e Cauções	15	37.599	35.345
Investimentos Temporários	12	-	30
Ativos Financeiros Setoriais	8	269.264	194.691
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	45.535	102.181
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.228	4.228
Direito de uso		6.439	4.949
Imobilizado	10	8.977.571	8.497.535
Intangível	10	480.989	435.359
Outros Ativos Não Circulantes		37.413	36.170
Total do Ativo		14.006.941	13.553.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025	2024
Passivo			
Passivo Circulante		3.599.786	4.248.265
Fornecedores	11	863.117	814.304
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12	1.330.321	1.361.749
Passivo de arrendamento	12	32.494	4.828
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	154.802	140.268
Benefício Pós-Emprego	13	11.102	11.278
Tributos	14	294.378	242.913
Provisão para Litígios	15	40.912	35.998
Dividendos Declarados e Juros sobre Capital Próprio	19	22.815	17.849
Encargos Setoriais		112.268	212.394
Passivos Financeiros Setoriais	8	380.454	1.127.084
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	31.236	6.877
Outros Passivos Circulantes	18	325.887	272.723
Passivo Não Circulante		8.840.026	7.494.662
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	12	6.917.236	5.904.192
Passivo de arrendamento	12	(25.528)	942
Benefício Pós-Emprego	13	56.350	59.700
Tributos	14	2.118	2.118
Provisão para Litígios	15	144.670	150.638
Encargos Setoriais		52.078	39.785
Tributos Diferidos	9	97.159	79.740
Passivos Financeiros Setoriais	8	530.283	233.406
Instrumentos Financeiros Derivativos	12	22.810	-
Ressarcimento a consumidores – Tributos federais	17	13.094	12.074
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	16	978.599	974.795
Outros Passivos Não Circulantes	18	51.157	37.272
Patrimônio Líquido	19	1.567.129	1.810.529
Capital Social		952.492	952.492
Reservas de Capital		765.882	765.882
Outros Resultados Abrangentes		776.425	846.430
Reservas de Lucros		171.421	171.421
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(1.294.667)	(1.101.347)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		195.576	175.651
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.006.941	13.553.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025	2024
Receita		13.504.970	12.467.113
Fornecimento de energia elétrica	20	4.537.723	4.635.571
Suprimento de energia elétrica	21	297.916	96.294
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		7.031.983	7.092.987
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	20 (c)	358.857	(327.335)
Serviços cobráveis	20	5.123	3.399
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20	1.273.368	966.197
Tributos		(2.992.562)	(2.913.918)
ICMS		(1.958.976)	(1.952.434)
PIS-PASEP		(184.224)	(171.336)
COFINS		(848.545)	(789.262)
ISS		(817)	(886)
Encargos - Parcela "A"		(2.122.805)	(1.723.350)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(42.176)	(39.356)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(42.176)	(39.356)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.893.744)	(1.547.705)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(14.607)	(13.382)
Outros encargos		(130.102)	(83.551)
Receita líquida		8.389.603	7.829.845
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	22 (a)	(5.192.552)	(4.946.553)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.427.450)	(3.113.175)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(1.765.102)	(1.833.378)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		3.197.051	2.883.292
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(1.410.124)	(1.345.533)
Pessoal e administradores	22 (b)	(516.314)	(467.351)
Material		(75.597)	(69.051)
Serviços de terceiros		(243.947)	(236.548)
Arrendamento e aluguéis		(18.484)	(11.521)
Seguros		(4.416)	(4.487)
Doações, contribuições e subvenções		-	(1.111)
Provisões		(120.478)	(150.618)
Perdas na alienação de bens e direitos		(81.189)	(81.236)
(-) Recuperação de despesas		14.247	8.092
Tributos		(12.029)	(10.020)
Depreciação e amortização	22 (c)	(505.322)	(477.800)
Gastos diversos		(51.465)	(59.624)
Outras Receitas Operacionais		211.995	221.579
Outras Despesas Operacionais		(7.125)	(5.837)
Resultado da Atividade		1.786.927	1.537.759
Resultado Financeiro	23	(916.577)	(626.680)
Despesas financeiras		(1.642.898)	(1.467.945)
Receitas financeiras		726.321	841.265
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		870.350	911.079
Despesa com impostos sobre o lucro	28	(183.425)	(270.718)
Resultado Líquido do Exercício		686.925	640.361
Lucro por Ação			
Ordinária		3,5452	3,3049
Preferencial A		3,5452	3,3049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2025	2024
Resultado do Exercício	686.925	640.361
Outros Resultados Abrangentes		
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	12.328	(7.957)
Efeito de imposto de renda sobre ganho líquido de instrumentos financeiros	(4.192)	2.705
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	(911)	51.473
Efeito de imposto de renda sobre previdência privada	310	(17.501)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	7.535	28.720
Total de Resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	694.460	669.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	686.925	640.361
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	34.585	(43.705)
Depreciação	478.709	527.408
Imposto de Renda e Contribuição Social	183.425	270.718
Obrigações Pós-Emprego		(807)
Valor Residual do Ativo Intangível / Imobilizado Baixado	71.815	79.853
Resultado financeiro, líquido	916.577	626.680
	2.372.036	2.100.508
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	(66.296)	163.390
Concessionários	(138.715)	(89.931)
Depósitos Vinculados a Litígios	(1.306)	7.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	94.819	(1.663)
Tributos Compensáveis	(34.389)	(8.635)
Ativos Financeiros Setoriais	71.014	320.833
Despesas pagas antecipadamente	(25.923)	(11.541)
Outros	105.514	214
	4.718	380.642
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(95.519)	(33.421)
Fornecedores Setoriais	(4.522)	(50.104)
Fornecedores Demais	49.591	27.318
Obrigações Pós-Emprego	(11.681)	(9.373)
Salários e Encargos Sociais	14.534	7.349
Tributos e Contribuição Social	(149.574)	(312.605)
Passivos Financeiros Setoriais	(582.823)	(102.628)
Indenizações/Contingências pagas	(28.028)	(5.002)
Pagamento de Juros - Arrendamentos	(923)	(1.635)
Outros	(54.758)	48.279
	(863.703)	(431.822)
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(738.252)	(519.914)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(82.465)	(51.020)
Rendimento de aplicação financeira	80.888	95.682
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(160.569)	-
	(900.398)	(475.252)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	612.653	1.574.076
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(1.093.718)	(999.051)
Intangível	(53.865)	(42.034)
Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	(103.706)	(91.692)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	108.113	93.497
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.143.176)	(1.039.280)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.000.000	2.300.000
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.037.646)	(914.056)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	113.328	120.760
Pagamentos de custos de captação	(46.081)	(15.452)
Obrigações vinculadas as concessões	61.382	38.777
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(916.206)	(1.973.078)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(7.407)	(4.648)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	167.370	(447.697)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(363.153)	87.099
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	744.562	657.463
No fim do exercício	381.409	744.562
	(363.153)	87.099
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA:		
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	13.653	13.503
Adição e atualização de provisões capitalizadas	5.428	6.524
Adições de obrigações especiais	21.458	10.515
Contratos de arrendamento - IFRS 16		
	8.603	10.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	Total
					Reserva de Reavaliação	Outros			
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		952.492	765.882	441.797	993.956	(80.894)	(921.675)	919.265	3.070.823
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	13.1 (c)	-	-	-	-	33.972	-	-	33.972
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória, líquida		-	-	-	(95.352)	-	95.352	-	-
Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	-	(919.265)	(919.265)
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	-	(5.252)	-	-	(5.252)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	640.361	-	640.361
Destinações:	19								
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(100.734)	-	(100.734)
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	(639.000)	-	(639.000)
Dividendos - Distribuição de Reserva		-	-	(270.376)	-	-	-	-	(270.376)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	(175.651)	175.651	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		952.492	765.882	171.421	898.604	(52.174)	(1.101.347)	175.651	1.810.529
Ganhos e perdas atuariais, líquidos		-	-	-	-	(601)	-	-	(601)
Realização da Reserva de Reavaliação Regulatória, líquida		-	-	-	(77.540)	-	77.540	-	-
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	-	8.136	-	-	8.136
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		-	-	-	-	-	686.925	-	686.925
Destinações:									
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(111.276)	-	(111.276)
Dividendos Intermediários		-	-	-	-	-	(650.934)	-	(650.934)
Dividendos Adicionais Propostos		-	-	-	-	-	(195.575)	19.925	(175.650)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025		952.492	765.882	171.421	821.064	(44.639)	(1.294.667)	195.576	1.567.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

A Elektro Redes S.A. – NEOENERGIA ELEKTRO (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002.

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98 com vencimento em 2028, essa Outorgada, está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão, de quatro em quatro anos, poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda é igual ou excede 0,5 MW e tensão igual ou superior a 13,8 kV. Clientes que possuem demanda igual ou superior a 0,5 MW e inferior a 1 MW, são considerados especiais pois apenas podem adquirir energia de fontes incentivadas, já os clientes com carga igual ou superior a 1 MW, são considerados livres tradicionais pois podem adquirir energias de fontes convencionais ou incentivadas. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar à distribuidora de sua região com cinco anos de antecedência, anterior a este período, é facultativo à distribuidora aceitar o cliente, isto vai depender de estudos de mercado. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. O Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022, aprovou os ajustes de natureza procedimental face a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022, aprovada por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards* e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*, podem levar a interpretações diferentes sobre o desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial, com diferenças de valores, ou agrupamentos de valores, como resultado da aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Para melhor entendimento do leitor, as diferenças entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS *Accounting Standards*, estão demonstradas nas notas explicativas 30.1 e 30.2.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 07 de abril de 2026, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (<https://ri.neoenergia.com>) a partir do dia 07 de abril de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
5	Perdas de crédito esperadas
8	Ativos e passivos financeiros setoriais
9	Tributos diferidos
10	Ativo imobilizado e ativo intangível
12	Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos
13	Benefícios pós-emprego
15	Provisão para litígios e depósitos judiciais
16	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica
20	Receita de fornecimento de energia não faturada

2.4. Novas normas e interpretações não vigentes

Não foram identificadas normas publicadas em 2025, com início de vigência para os anos seguintes.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras societárias apresentadas nas notas explicativas de “Política contábil material e julgamentos críticos”, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. Os ativos e passivos financeiro setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

De acordo com o OCPC 08, os ativos e passivos financeiros setoriais são apresentados pelo líquido na contabilidade societária, enquanto para fins regulatórios, são apresentados segregados em ativo e passivo, receita e despesa financeira.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de outubro de 2023. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº 674/2015 emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização do Weighted Average Cost of Capital (WACC) regulatório considerando o prazo médio de construção e desembolso financeiro; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor de reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL. É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados, líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL através da Resolução Normativa 396/2010.

A reavaliação foi registrada em 31 de outubro de 2023, com base em Laudo de Reavaliação e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de fevereiro de 2023, sendo que os registros contábeis poderiam ser realizados até o próximo período de divulgação.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Os ajustes são decorrentes do CPC 47 / IFRS 15, a partir de 1º de janeiro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	43.599	68.817
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	178.406	114.725
Fundos de Investimentos	159.404	561.020
Total	381.409	744.562

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,91% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	157.727	561.020
CDB	1.677	-
Total	159.404	561.020

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2025	TOTAL 2024
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDO				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIAD O A VENCER	RENEGOCIADO VENCIDO		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Até 90 dias(**)	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	898.989	180.100	31.757	50.357	183.547	(202.981)	110.598	22.406	118.190	(59.949)	1.333.013	1.106.652
- Residencial	178.045	115.913	16.454	24.500	12.022	(49.536)	38.936	13.293	24.941	(17.720)	356.849	345.331
- Industrial	46.449	9.289	1.510	3.780	94.018	(73.299)	10.838	2.089	51.237	(30.436)	115.475	108.133
- Comercial	54.828	21.669	4.096	10.050	42.904	(41.133)	30.873	4.854	10.490	(10.398)	128.231	119.454
- Rural	20.493	9.374	2.007	3.390	5.104	(7.361)	4.622	1.331	1.931	(1.340)	39.551	38.874
- Poderes Públicos	19.049	7.489	3.018	3.980	4.348	(471)	23.034	814	10.570	(55)	71.776	60.345
- Iluminação Pública	17.697	4.359	1.287	483	618	9	-	-	59	-	24.512	20.845
- Serviço Público	19.299	1.943	665	350	8.854	(126)	2.295	25	18.962	-	52.267	55.877
- Serviço Taxado	497	614	222	155	494	(410)	-	-	-	-	1.572	1.301
- Outros	2.983	9.450	2.498	3.669	15.185	(22.168)	-	-	-	-	11.617	29.907
- Fornecimento Não Faturado	539.649	-	-	-	-	(8.486)	-	-	-	-	531.163	326.585
Suprimento Energia - Moeda Nacional (*)	65.197										65.197	64.312
Encargos de Uso da Rede Elétrica	510.529	168.243	25.252	45.756	110.824	-	-	-	-	-	860.604	755.097
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	266.376	-	-	-	-	(552)	-	-	-	-	265.824	245.659
Total	1.741.091	348.343	57.009	96.113	294.371	(203.533)	110.598	22.406	118.190	(59.949)	2.524.638	2.171.720
											1.292.679	1.089.846
											26.724	15.393
											1.187.269	1.048.515
											17.966	17.966

(*) Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 17.996 (R\$ 17.996 em 2024), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Não existe provisão sobre esse valor por entender que não há risco de não recebimento.

(**) Do total do corrente vencido, o montante de R\$ 225.967 corresponde até 30 dias do fornecimento de energia.

Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios, líquidos das Perdas de Créditos Esperadas - PCE, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. Também estão incluídos valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes.

Em 2025, foi baixado do saldo de contas a receber o montante de R\$ 96.042 (R\$ 100.810 em 2024) decorrente de saldos em atraso, cujos esforços para recebimento foram substancialmente aplicados e a Companhia não obteve sucesso.

Perdas de Créditos Esperadas - PCE

A PCE foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

6. SERVIÇOS EM CURSO

	2025	2024
Serviço próprio	71.628	180.156
Serviços prestados a terceiros	36.316	28.739
Total	107.944	208.895

As ordens de serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2025	2024
Imposto de Renda - IR	59.513	6.473
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	14.354	1.644
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	146.335	139.953
Programa de Integração Social - PIS	5.056	2.108
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	22.978	9.402
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	12.663	-
Outros	121	281
Total	261.020	159.861
Circulante	153.948	67.512
Não circulante	107.072	92.349

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, apurados nos processos tarifários, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação da última revisão tarifária anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

ii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma característica da metodologia de cálculo da revisão tarifária em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que pode gerar uma cobertura tarifária diferente da devida em função da variação do mercado em relação ao do período de referência.

iii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, alterado pelo Decreto nº 7.945 de 07 de março de 2013, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007, revogada pela Resolução ANEEL nº 703, de 15 de março de 2016, sendo atualmente tratado conforme disposições da Resolução Normativa ANEEL nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldos em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	366.579	582.007	(261.129)	73.583	(82.087)	678.953	240.932	438.021	423.441	255.512
Aquisição de Energia (CVA energia)	121.216	234.634	(62.913)	29.221	(3.676)	318.482	133.783	184.699	210.741	107.741
Custo da Energia de Itaipu	36.655	75	(186)	(186)	(36.544)	-	-	-	-	-
Proinfra	336	34.412	(12.696)	3.520	(899)	24.673	24.673	-	24.673	-
Transporte Rede Básica	124.618	130.396	(124.145)	19.867	(1)	150.735	64.105	86.630	100.201	50.534
Transporte de Energia Itaipu	10.240	9.807	(9.902)	990	(718)	10.417	3.486	6.931	6.374	4.043
ESS	63.695	(5.341)	(40.729)	6.269	(9.009)	14.885	14.885	-	14.885	-
CDE	9.819	178.024	(10.744)	13.902	(31.240)	159.761	-	159.761	66.567	93.194
Demais Ativos Financeiros Setoriais	369.186	39.341	(268.025)	2.562	(49.658)	93.406	69.832	23.574	79.654	13.752
Neutralidade da Parcela A	6.563	(4.026)	-	1.482	27.607	31.626	8.964	22.662	18.407	13.219
Sobrecontratação de Energia	101.583	50.220	(118.721)	-	(799)	32.283	32.283	-	32.283	-
Crédito PIS/Cofins sobre ICMS (Ativo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MMGD	5.658	-	-	-	(5.658)	-	-	-	-	-
Outros	255.382	(6.853)	(149.304)	1.080	(70.808)	29.497	28.585	912	28.964	533
Total Ativos Financeiros Setoriais	735.765	621.348	(529.154)	76.145	(131.745)	772.359	310.764	461.595	503.095	269.264

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldos em 31/12/2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldos em 31/12/2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(284.956)	(82.831)	177.798	(28.811)	125.088	(93.712)	(54.871)	(38.841)	(71.055)	(22.657)
Aquisição de Energia (CVA energia)	(214.996)	(25.010)	253.087	(16.757)	3.676	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	(42.511)	(81.546)	(386)	36.544	(87.899)	(52.026)	(35.873)	(66.973)	(20.926)
Proinfra	(9.835)	-	9.047	(111)	899	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	(2)	(2)	2	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Itaipu	(699)	-	(18)	(18)	717	-	-	-	-	-
ESS	-	(10.134)	-	(1.843)	9.009	(2.968)	-	(2.968)	(1.237)	(1.731)
CDE	(59.426)	(5.176)	(2.790)	(9.694)	74.241	(2.845)	(2.845)	-	(2.845)	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(1.075.534)	(279.038)	450.734	(72.796)	159.609	(817.025)	(233.709)	(583.316)	(309.399)	(507.626)
Neutralidade da Parcela A	(120.944)	7.994	121.372	(1.533)	(27.606)	(20.717)	(20.717)	-	(20.717)	-
Sobrecontratação de Energia	(110.698)	(5.471)	-	(13.770)	799	(129.140)	-	(129.140)	(53.808)	(75.332)
Ultrapassagem de demanda	(331.031)	(103.403)	17.475	(35.969)	83.725	(369.203)	(28.891)	(340.312)	(18.057)	(351.146)
TUSD G	(35.347)	-	-	-	-	(35.347)	-	(35.347)	-	(35.347)
Crédito PIS/Cofins sobre ICMS (Passivo)	(76)	-	-	(8)	47	(36)	-	(37)	(16)	(21)
MMGD	-	(5.658)	-	-	5.658	-	-	-	-	-
Outros	(477.438)	(172.500)	311.887	(21.516)	96.986	(262.581)	(184.101)	(78.480)	(216.801)	(457.80)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(1.360.490)	(361.869)	628.532	(101.607)	284.697	(910.737)	(288.580)	(622.157)	(380.454)	(530.283)

A movimentação dos saldos de ativos e passivos líquidos está demonstrada a seguir:

	<u>Efeito líquido</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(624.725)
Constituição (1)	259.479
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	99.378
Atualização monetária	(25.462)
Transferências (3)	152.952
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(138.378)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	(376.480)
Constituição	(411.722)
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	84.387
Atualização monetária	(30.040)
Transferências	109.130
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	(624.725)

- (1) Em 2025, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 259.479, com destaque para CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário.
- (2) Em 2025, a Companhia amortizou o montante de R\$ 99.387, decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024 e 2025.
- (3) O efeito líquido, refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>Ref.</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(a)	(219.292)	(247.987)
Diferido Ativo		210.055	214.930
Diferido Passivo		(429.347)	(462.917)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL*)	(b)	122.133	168.247
Total		(97.159)	(79.740)

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Contábeis Regulatórias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

Ativo	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Perdas de Créditos Esperadas	65.871	23.714	65.598	23.615
Provisão para litígios	37.934	13.656	39.989	14.396
Provisão PLR	15.364	5.531	20.182	7.265
Valor Justo de Derivativos Financeiros	3.823	1.376	5.653	2.035
Déficit Plano Previdenciário	19.880	7.157	18.986	6.835
Outros	11.580	4.169	7.629	2.747
Total ativo	154.452	55.603	158.037	56.893
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(4.688)	(1.688)	-	-
Reavaliação Regulatória	(311.008)	(111.963)	(340.380)	(122.537)
Total passivo	(315.696)	(113.651)	(340.380)	(122.537)
Total líquido	(161.244)	(58.048)	(182.343)	(65.644)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico.

b) Benefício fiscal - Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	168.247	214.481
Amortização	(46.114)	(46.234)
Saldo final do exercício	122.133	168.247

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2026	2027	2028
46.034	54.530	30.569

c) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 2025, a Companhia constituiu créditos tributários referentes à atualização monetária de indébitos fiscais (nota 28), em decorrência de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias. Essa alteração resultou no reconhecimento de créditos tributários no montante atualizado de R\$ 56.536.

O procedimento adotado pela Companhia encontra respaldo em decisões proferidas pelos tribunais superiores. A Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende que é provável o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 1.366.683 (R\$ 1.234.074 em 31 de dezembro de 2024), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 1.319.606 (R\$ 1.189.917 em 31 de dezembro de 2024). Em 02 de julho de 2024, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 17459-720019/2024-76, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 328.356 em 31 de dezembro de 2024, relativo a amortizações de ágio, ocorridas no exercício de 2019 e 2020; e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 949 (R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2024).

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	16.982.730	-	(227.687)	1.025.037	17.780.080	797.350	(9.674.115)	8.105.965	7.677.510	(1.882.174)	1.020.680	(861.494)
Terrenos	102.761	-	-	191	102.952	191	-	102.952	102.761	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.252	-	(42)	16.788	256.996	16.744	(108.318)	148.678	138.536	-	-	-
Máquinas e equipamentos	16.475.175	-	(214.843)	1.001.589	17.261.921	786.746	(9.451.858)	7.810.063	7.388.849	(1.882.174)	1.020.680	(861.494)
Veículos	110.645	-	(12.802)	6.312	104.155	(6.490)	(71.432)	32.723	34.914	-	-	-
Móveis e utensílios	53.897	-	-	159	54.056	159	(42.507)	11.549	12.450	-	-	-
Administração	362.494	-	(32.836)	24.746	354.404	(8.090)	(212.748)	141.656	142.863	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	60.980	-	-	7.776	68.756	7.776	(10.252)	58.504	53.281	-	-	-
Máquinas e equipamentos	244.222	-	(30.936)	16.775	230.061	(14.161)	(158.134)	71.927	75.488	-	-	-
Veículos	17.306	-	(1.790)	105	15.621	(1.685)	(10.965)	4.656	6.912	-	-	-
Móveis e utensílios	39.986	-	(110)	90	39.966	(20)	(33.397)	6.569	7.182	-	-	-
Subtotal	17.345.224	-	(260.523)	1.049.783	18.134.484	789.260	(9.886.863)	8.247.621	7.820.373	(1.882.174)	1.020.680	(861.494)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	640.701	1.051.272	-	(1.021.863)	670.110	29.409	-	670.110	640.701	(117.105)	-	(117.105)
Máquinas e equipamentos	466.105	965.600	-	(988.121)	443.584	(22.521)	-	443.584	466.105	(117.105)	-	(117.105)
Outros	174.596	85.672	-	(33.742)	226.526	51.930	-	226.526	174.596	-	-	-
Administração	36.461	77.649	-	(54.270)	59.840	23.379	-	59.840	36.461	-	-	-
Máquinas e equipamentos	18.721	24.259	-	(26.865)	16.115	(2.606)	-	16.115	18.721	-	-	-
Outros	17.740	53.390	-	(27.405)	43.725	25.985	-	43.725	17.740	-	-	-
Subtotal	677.162	1.128.921	-	(1.076.132)	729.950	52.788	-	729.950	677.162	(117.105)	-	(117.105)
Total do Ativo Imobilizado	18.022.386	1.128.921	(260.523)	(26.350)	18.864.434	842.048	(9.886.863)	8.977.571	8.497.535	(1.999.279)	1.020.680	(978.599)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	279.304	-	-	25.633	304.937	25.633	-	304.937	279.304
Servidões	279.304	-	-	25.633	304.937	25.633	-	304.937	279.304
Administração	573.772	-	(1.144)	35.387	608.016	34.243	(514.537)	93.479	92.677
Softwares	522.843	-	(1.144)	85.930	607.629	84.786	(514.537)	93.092	41.747
Outros	50.930	-	-	(50.543)	387	(50.543)	-	387	50.930
Subtotal	853.076	-	(1.144)	61.020	912.953	59.876	(514.537)	398.416	371.981
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	12.418	5.129	-	(11.547)	6.000	(6.418)	-	6.000	12.418
Servidões	12.418	5.129	-	(11.547)	6.000	(6.418)	-	6.000	12.418
Administração	50.960	48.736	-	(23.123)	76.573	25.613	-	76.573	50.960
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	50.960	48.736	-	(23.123)	76.573	25.613	-	76.573	50.960
Subtotal	63.378	53.865	-	(34.670)	82.573	19.195	-	82.573	63.378
Total do Ativo Intangível	916.455	53.865	(1.144)	26.350	995.526	79.071	(514.537)	480.988	435.359

Por atividade, o imobilizado e o intangível estão constituídos da seguinte forma:

				2025	2024
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	4,26%	18.085.017	(9.674.115)	8.410.902	7.956.814
Custo histórico		10.685.028	(3.860.618)	6.824.410	6.215.189
Reavaliação		7.399.989	(5.813.497)	1.586.492	1.741.625
Administração	14,31%	962.417	(727.285)	235.132	235.540
Custo histórico		653.740	(424.564)	229.176	224.798
Reavaliação		308.677	(302.721)	5.956	10.742
		19.047.434	(10.401.400)	8.646.034	8.192.354
Em curso					
Distribuição		676.112	-	676.112	653.119
Administração		136.414	-	136.414	87.421
		812.526	-	812.526	740.540
		19.859.960	(10.401.400)	9.458.560	8.932.894

O ativo imobilizado da Companhia está registrado pelo Valor Novo de Reposição (VNR) homologado pela ANEEL em agosto de 2023 e é composto pelo Valor Original Contábil (VOC) dos ativos, acrescido das Reavaliações Regulatórias Compulsórias (RRC), conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, tendo a RRC contrapartida na reserva de avaliação patrimonial.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	608	756	66	-	254	1.684
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	58.027	17.922	446	-	-	76.395
Máquinas e Equipamentos	581.602	207.764	178.629	13.615	8.248	989.858
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	(627)	-	-	-	-	(627)
Material em Depósito	1.199	-	-	-	-	1.199
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	20.610	-	-	-	-	20.610
Outros	39.836	(34)	-	-	-	39.802
Total das Adições	701.255	226.408	179.141	13.615	8.502	1.128.921

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Barra de capacitores	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	5,00%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Chave de distribuição	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor do sistema	
Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura do sistema	
Poste	3,57%
Torre	2,70%
Regulador de tensão	
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior a 69kV	4,35%
Transformador	
De Distribuição Aéreo, Pedestal	4,00%
De Distribuição Subterrâneo	3,70%
De Força	2,86%
De Medida - Transformador de Corrente, Tensão Inferior a 69kV	4,35%
De Medida - Transformador de Potencial, Tensão Inferior a 69kV	4,35%
De Medida - Conjunto de Medição (TP e TC)	4,35%
De Serviços Auxiliares	3,33%
Administração central	
Edificação - Outras	3,33%
Equipamento Geral - Móveis e Utensílios	6,25%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Software	20,00%

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$ mil
1. CONDUTO	30.275
2. CABO ALUM CAA NU 795,0MCM 1F DRAKE	23.858
3. CABO ALUM CAA NU 336,40MCM 1F LINNET	18.832
4. POSTE TUBULAR ACO 25 M 14000 DAN	17.288
5. POSTE TUBULAR ACO 30 M 14440 DAN	13.563
6. POSTE TUBULAR ACO 24 M 5100 DAN	13.356
7. LD 138 KV RAMAL PETROBRAS_UFN3 - BRASILÂNDIA	12.600
8. POSTE TUBULAR ACO 27 M 14400 DAN	12.318
9. SISTEMA DE ATERRAMENTO LINHAS DISTRIBUIÇÃO	8.994
10. SISTEMA DE ATERRAMENTO LINHAS DISTRIBUIÇÃO	7.745

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	R\$ mil
1. EXPLORER 325 THRANE&THRANE - VOIP	(23.459)
2. MED ELETR ATIV BIF 3F2E 120V15A	(5.563)
3. MED ELETR ATIV BIF 3F2E 120V15A	(3.072)
4. POSTE CIRCULAR EUCALIPTO 11000MM	(2.154)
5. MED MEC ATIV BIF 3F2E 120V15A	(1.868)
6. REFRESH SVOE EKT	(1.764)
7. CH SEC 15KV 630A 1P MAN SECO	(1.664)
8. POSTE CIRCULAR EUCALIPTO 9000MM	(1.416)
9. MED ELETR ATIV BIF 3F2E 120V15A	(1.385)
10. RT 13,8KV 138KVA 100A 1F	(1.340)

II. FORNECEDORES

	2025	2024
Energia elétrica	425.844	417.053
Encargos de uso da rede	184.902	194.471
Materiais e serviços	252.371	202.780
Total	863.117	814.304
Circulante	863.117	814.304

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal	Principal + Juros LP	Saldo	Adim-	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total	
																2026	2027	2028	2029	2030	2031+		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	12.560	129.848	723.822	866.230												527.937	195.885	-	-	-	-	723.822	
EKT_DIV_SANTANDER_2024.09	2.579	-	196.272	198.851	Sim	12/09/2024	Subord/Quirog	PRÉ	4,25%	11/03/26	Semestral	13/09/27	13/09/27	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	196.272	-	-	-	-	-	-	196.272
EKT_DIV_SANTANDER_2023.04	-	-	-	-	Sim	27/04/2023	Subord/Quirog	PRÉ	4,96%	05/05/26	Semestral	05/05/25	05/05/25	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_SANTANDER_2024.06	146	-	202.827	202.973	Sim	20/06/2024	Subord/Quirog	PRÉ	4,94%	17/06/26	Semestral	21/06/27	21/06/27	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	202.827	-	-	-	-	-	-	202.827
EKT_DIV_BEL_2013.10_1	-	-	-	-	Sim	31/10/2013	Subord/Quirog	PRÉ	3,40%	31/10/25	Semestral	31/10/25	31/10/25	Annual	SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_BEL_2013.10_2	-	-	-	-	Sim	31/10/2013	Subord/Quirog	PRÉ	3,40%	31/10/25	Semestral	31/10/25	31/10/25	Annual	SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_BEL_2016.07	1.919	34.343	34.392	70.654	Sim	01/07/2016	Subord/Quirog	SOFR	1,29%	02/01/26	Semestral	01/07/26	01/07/27	Annual	SAC	34.392	-	-	-	-	-	-	34.392
EKT_DIV_BEL_2017.07	884	30.900	29.841	61.625	Sim	05/07/2017	Subord/Quirog	PRÉ	2,97%	06/01/26	Semestral	06/07/26	05/07/27	Annual	SAC	29.841	-	-	-	-	-	-	29.841
EKT_DIV_MUFG_2022.01	1.512	64.605	64.605	130.722	Sim	04/01/2022	Subord/Quirog	PRÉ	2,29%	05/01/26	Semestral	05/01/26	04/01/27	Annual	SAC	64.605	-	-	-	-	-	-	64.605
EKT_DIV_BOFA_2025.05	5.520	-	195.885	201.405	Sim	23/05/2025	Subord/Quirog	PRÉ	4,57%	18/05/26	Annual	23/05/28	23/05/28	Outro, especificar em obs.	SAC	-	195.885	-	-	-	-	-	195.885
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	386.390	801.524	6.193.413	7.391.326												631.181	738.540	759.246	1.237.159	249.307	2.577.980	6.193.413	
EKT_DIV_BNDES_2019.03	145	24.115	24.182	48.442	Sim	27/03/2019	Aval/Fiança	IPCA	4,79%	15/01/26	Mensal	15/01/26	15/12/27	Mensal	SAC	24.182	-	-	-	-	-	-	24.182
EKT_DIV_BNDES_2021.05_A	124	33.803	42.142	76.068	Sim	06/05/2021	Aval/Fiança	IPCA	3,79%	15/01/26	Mensal	15/01/26	15/03/28	Mensal	SAC	33.713	8.429	-	-	-	-	-	42.142
EKT_DIV_BNDES_2021.05_B	804	(220)	492.631	493.215	Sim	06/05/2021	Aval/Fiança	IPCA	3,79%	15/01/26	Mensal	17/04/28	15/06/40	Mensal	SAC	-	41.631	41.631	41.631	41.631	41.631	326.107	492.631
EKT_DIV_IFC_2023.06	26.654	131.940	594.273	752.868	Sim	20/06/2023	Subord/Quirog	CDI	2,20%	17/06/26	Semestral	17/06/26	15/04/31	Semestral	SAC	137.140	137.140	137.140	137.140	45.713	-	-	594.273
EKT_DIV_BNP_2021.08_BREKTRNPM053	-	-	-	-	Sim	31/08/2021	Subord/Quirog	CDI	1,58%	31/08/25	No Vencimento	31/08/25	31/08/25	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_BNP_2021.08_BREKTRNPM061	182.966	239.647	-	422.613	Sim	31/08/2021	Subord/Quirog	CDI	1,58%	31/08/26	No Vencimento	31/08/26	31/08/26	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_DEBÊN_2021.05_EKTR19	4.400	202.372	-	206.772	Sim	13/05/2021	Subord/Quirog	CDI	1,60%	11/05/26	Semestral	11/05/26	11/05/26	Annual	SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_DEBÊN_2021.05_EKTR29	6.488	(189)	294.275	301.024	Sim	13/05/2021	Subord/Quirog	CDI	1,79%	09/05/26	Semestral	10/05/27	10/05/28	Annual	SAC	147.362	147.363	-	-	-	-	-	294.275
EKT_DIV_DEBÊN_2021.10_EKTRA0	4.215	129.531	-	133.745	Sim	29/10/2021	Subord/Quirog	CDI	1,29%	27/04/26	Semestral	15/10/26	15/10/26	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_DIV_DEBÊN_2021.10_EKTRB0	8.513	(809)	258.878	266.582	Sim	29/10/2021	Subord/Quirog	CDI	1,44%	27/04/26	Semestral	15/10/27	15/10/28	Annual	Bullet (final)	129.439	129.439	-	-	-	-	-	258.878
EKT_DIV_DEBÊN_2021.10_EKTRC0	3.815	(532)	319.266	322.549	Sim	29/10/2021	Subord/Quirog	IPCA	5,77%	27/04/26	Semestral	15/10/29	15/10/31	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	106.422	106.422	106.422	-	-	319.266
EKT_DIV_DEBÊN_2022.07_EKTRA1	7.719	(347)	103.804	111.175	Sim	21/07/2022	Subord/Quirog	CDI	1,28%	17/01/26	Semestral	15/07/27	15/07/27	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	103.804	-	-	-	-	-	-	103.804
EKT_DIV_DEBÊN_2022.07_EKTRB1	7.198	(232)	95.495	102.460	Sim	21/07/2022	Subord/Quirog	CDI	1,43%	17/01/26	Semestral	15/07/28	15/07/29	Annual	SAC	-	47.747	47.748	-	-	-	-	95.495
EKT_DIV_DEBÊN_2022.07_EKTRC1	10.580	(750)	342.499	352.330	Sim	21/07/2022	Subord/Quirog	IPCA	6,62%	17/01/26	Semestral	15/07/28	15/07/29	Annual	SAC	-	171.250	171.249	-	-	-	-	342.499
EKT_DIV_DEBÊN_2024.03_EKTRA2	8.777	(215)	199.516	208.079	Sim	25/03/2024	Subord/Quirog	CDI	1,15%	18/03/26	Semestral	18/03/29	18/03/29	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	199.516	-	-	-	-	199.516
EKT_DIV_DEBÊN_2024.05_EKTRA3	28.581	(825)	896.425	924.180	Sim	14/05/2024	Subord/Quirog	CDI	0,98%	10/04/26	Semestral	15/04/30	15/04/30	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	896.425	-	-	-	896.425
EKT_DIV_DEBÊN_2024.05_EKTRB3	4.135	(575)	317.605	321.165	Sim	14/05/2024	Subord/Quirog	IPCA	6,26%	10/04/26	Semestral	15/04/32	15/04/34	Annual	SAC	-	-	-	-	-	-	317.605	
EKT_DIV_DEBÊN_2024.08_EKTRA4	30.314	(262)	498.645	528.697	Sim	16/08/2024	Subord/Quirog	CDI	0,80%	12/02/26	Semestral	08/02/32	08/02/32	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	498.645	498.645
EKT_DIV_DEBÊN_2025.04_EKTRA5	16.118	(2.351)	689.625	703.392	Sim	25/04/2025	Subord/Quirog	PRÉ	13,60%	25/04/26	Semestral	25/04/32	25/04/32	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	689.625	689.625
EKT_DIV_DEBÊN_2025.08_EKTRA6	10.040	(1.160)	289.946	298.825	Sim	21/08/2025	Subord/Quirog	IPCA	6,82%	15/08/35	Outro, especificar em obs.	15/08/35	15/08/35	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)	-	-	-	-	-	-	289.946	289.946
EKT_DIV_DEBÊN_2025.08_EKTRB6	9.983	(773)	289.430	298.640	Sim	21/08/2025	Subord/Quirog	IPCA	6,76%	15/02/26	Semestral	16/08/38	15/08/40	Annual	SAC	-	-	-	-	-	-	289.430	289.430
EKT_DIV_DEBÊN_2025.10_EKTRB7	14.821	49.358	444.326	508.505	Sim	15/10/2025	Subord/Quirog	CDI	0,00%	10/04/26	Semestral	10/04/26	10/10/35	Semestral	SAC	55.541	55.541	55.540	55.541	55.541	166.622	-	444.326
Dívidas com Fundo de Pensão	-	11.102	56.350	67.453												56.350	-	-	-	-	-	-	56.350
Benefício Pós Emprego 01		11.102	56.350	67.453	Sim	01/01/2001	Não há	Não há	0,00%	01/01/01	N.A.	01/01/01	01/01/01	N.A.	Outro, especif. no cronograma	56.350	-	-	-	-	-	-	56.350
Mútuos Passivos	-	32.494	(25.528)	6.966												(25.528)	-	-	-	-	-	-	(25.528)
Arrendamento mercantil		32.494	(25.528)	6.966	Sim	N/A	Não há	Não há	0,00%	N/A	N.A.	N/A	N/A	N.A.	Outro, especif. no cronograma	(25.528)	-	-	-	-	-	-	(25.528)
Total por Dívida	398.950	974.967	6.948.058	8.321.975												1.189.940	934.426	759.246	1.237.159	249.307	2.577.980	6.948.058	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	12.560	129.847	723.823	866.230												527.937	195.886	-	-	-	-	-	723.823
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	386.390	801.524	6.193.413	7.381.327												631.181	738.540	759.246	1.237.159	249.307	2.577.980	6.193.413	
Fundo de Pensão	-	11.102	56.350	67.452												56.350	-	-	-	-	-	-	56.350
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	32.494	(25.528)	6.966												(25.528)	-	-	-	-	-	-	(25.528)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A composição dos ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2025, é como segue:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread	Data Próximo Pgmto Juros	Freqüência	Data Próxima Amortização	Vencimento	Freqüência	Sistemática Amortização
Ativos Financeiros	421.510	45.535	467.045	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	421.510	45.535	467.045	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	381.409	-	381.409	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	15.203	-	15.203	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EKT_SWAP_ITAU_2025.04_EKTRA5	-	17.491	17.491	Sim	PRÉ	13,60%	22/05/2026	Semestral	25/04/2032	25/04/2032	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.09	-	-	-	Sim	PRÉ	4,25%	11/03/2026	Semestral	13/09/2027	13/09/2027	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2023.04	-	-	-	Sim	PRÉ	4,96%	05/05/2025	Semestral	05/05/2025	05/05/2025	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.06	-	416	416	Sim	PRÉ	4,94%	17/06/2026	Semestral	21/06/2027	21/06/2027	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
EKT_SWAP_SANTANDER_2013.10	-	-	-	Sim	PRÉ	3,40%	31/10/2025	Semestral	31/10/2025	31/10/2025	Anual	Bullet (final)
EKT_SWAP_HSBC_2013.10	-	-	-	Sim	PRÉ	3,40%	31/10/2025	Semestral	31/10/2025	31/10/2025	Anual	Bullet (final)
EKT_SWAP_GOLDMAN_2016.07	13.978	15.908	29.886	Sim	SOFR	1,29%	02/01/2026	Semestral	01/07/2026	01/07/2027	Anual	SAC
EKT_SWAP_GOLDMAN_2017.07	10.891	11.708	22.599	Sim	PRÉ	2,97%	06/01/2026	Semestral	06/07/2026	05/07/2027	Anual	SAC
EKT_SWAP_MUFG_2022.01	-	-	-	Sim	PRÉ	2,29%	05/01/2026	Semestral	05/01/2026	04/01/2027	Anual	SAC
EKT_SWAP_BOFA_2025.05	-	-	-	Sim	PRÉ	4,57%	18/05/2026	Anual	23/05/2028	23/05/2028	Outro, especificar em obs.	Bullet (final)
NDF	29	12	41	Sim	PRÉ	N/A	N/A	-	-	-	N/A	N/A

Os instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2025, estão apresentados a seguir:

INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value	Arelado às Dívidas?
TOTAL DERIVATIVOS						2.311	(54.046)	
EKT_SWAP_ITAU_2025.04_EKTRA5	Outros Debenturistas	25/04/2025	25/04/2032	Real + 13,5966% a.a.	CDI - 0,49%	700	(831)	Sim
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.09	Santander	12/09/2024	13/09/2027	Dólar + 5,05% a.a.	CDI + 1,20%	200	(15.595)	Sim
EKT_SWAP_SANTANDER_2023.04	Santander	27/04/2023	05/05/2025	Dólar + 5,89% a.a.	CDI + 1,20%	200	-	Sim
EKT_SWAP_SANTANDER_2024.06	Santander	20/06/2024	21/06/2027	Dólar + 5,91% a.a.	CDI + 1,1%	200	(415)	Sim
EKT_SWAP_SANTANDER_2013.10	European Investment Bank	31/10/2013	31/10/2025	Dólar + 3,4020% a.a.	CDI - 0,30%	141	-	Sim
EKT_SWAP_HSBC_2013.10	European Investment Bank	31/10/2013	31/10/2025	Dólar + 3,4020% a.a.	CDI - 0,30%	141	-	Sim
EKT_SWAP_GOLDMAN_2016.07	European Investment Bank	01/07/2016	01/07/2027	Dólar + 0,8620% a.a.	76,50% CDI	180	-	Sim
EKT_SWAP_GOLDMAN_2017.07	European Investment Bank	05/07/2017	05/07/2027	Dólar + 2,9730% a.a.	88,35% CDI	149	-	Sim
EKT_SWAP_MUFG_2022.01	MUFG	04/01/2022	04/01/2027	Dólar + 2,62% a.a.	CDI - 1,56%	200	(17.045)	Sim
EKT_SWAP_BOFA_2025.05	Bank of América	23/05/2025	23/05/2028	Dólar + 5,3765% a.a.	CDI + 0,80%	200	(19.771)	Sim
NDF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(389)	Não

A composição do endividamento e dívida líquida regulatória está apresentada a seguir:

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
(+) Dívida Bruta Regulatória	398.950	978.537	6.997.338	8.374.825
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	12.560	129.847	723.823	866.230
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	386.390	801.524	6.193.413	7.381.327
Tributária	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	11.102	56.350	67.452
Intra-setoriais	-	-	-	-
Diversos	-	4.828	942	5.770
Derivativos a pagar	-	31.236	22.810	54.046
(-) Ativos Financeiros	-	(421.510)	(45.535)	(467.045)
Alta Liquidez	-	(381.409)	-	(381.409)
Demais Aplicações Financeiras	-	(15.203)	-	(15.203)
Derivativos a Receber	-	(24.898)	(45.535)	(70.433)
Mútuos Ativos	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida Regulatória	398.950	557.027	6.951.803	7.907.780

As informações referentes a gestão de riscos financeiros estão demonstradas na nota 25.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 93% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de covenants que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2025 (2)	Medição em 2024 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,41	3,45
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,46	2,51
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,88	2,60
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,77	3,45

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.; e
- (3) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui covenants não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS E BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”); e (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2025	2024
Obrigações trabalhistas e PLR	154.802	140.268
Benefícios pós-emprego	67.452	70.978
	222.254	211.246
Passivo circulante	165.904	151.546
Passivo não circulante	56.350	59.700

13.1. Benefícios pós-emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões.

O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

				2025
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Vivest - PSAP/Elektro	2.907	1.816	Aberto	Deficitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	1.374	1	Aberto	N/A
Total	4.281	1.817		

Conforme exposto acima, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, nos montantes de R\$ 67.453 e R\$ 70.978, respectivamente, conforme detalhado abaixo. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo mesmo índice inflacionário aplicado no respectivo mês para atualização do plano, acrescido da taxa de juros anual utilizada na última avaliação atuarial realizada para definição do valor a ser equacionado, com amortização mensal. Anualmente o Valor Principal da Dívida poderá ser revisto em decorrência de eventual Equilíbrio Técnico Ajustado (o “ETA”) positivo apurado nas reavaliações atuariais.

	2025	2024	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Vivest - PSAP/Elektro	67	71	Maio/2039
Total	67	71	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Benefício definido
				Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.570.043)	1.858.860	(359.576)	(70.759)
Custo do serviço	709	-	-	709
Efeitos dos juros	(169.306)	202.694	(40.632)	(7.244)
Contribuições pagas pelos participantes	(4.878)	4.878	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	10.753	-	10.753
Benefícios pagos pelo plano	142.791	(142.791)	-	-
Redimensionamento	(6.980)	17.567	(11.498)	(911)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.607.707)	1.951.961	(411.706)	(67.452)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.957.423)	1.834.732	-	(122.691)
Efeitos dos juros	(161.684)	157.576	(4.216)	(8.324)
Contribuições pagas pelos participantes	(4.531)	4.531	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	8.783	-	8.783
Benefícios pagos pelo plano	137.272	(137.272)	-	-
Redimensionamento	416.323	(9.490)	(355.360)	51.473
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.570.043)	1.858.860	(359.576)	(70.759)
Planos deficitários	(1.570.043)	1.858.860	(359.576)	(70.759)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2025	2024
Custo do serviço	-	3.818
Despesa com juros de passivos	(209.938)	(165.900)
Receita com juros de ativos	202.694	157.576
Total	(7.244)	(4.506)
Alocação dos custos do serviço:		
Resultado do exercício	-	3.818

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(34.499)	(68.471)
Redimensionamento:		
Mudança nas premissas	(6.980)	416.323
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	17.567	(9.490)
Mudança de teto de ativo	(11.494)	(355.360)
Efeito bruto	(911)	51.437
Tributos sobre o lucro	310	(17.501)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	(601)	33.972
Saldo no final do exercício	(35.100)	(34.499)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2025	2024
Valor presente das obrigações atuariais	(1.607.707)	(1.570.043)
Valor justo dos ativos	1.951.961	1.858.860
Efeito do limite do ativo (teto)	(411.706)	(359.576)
Total passivo líquido	(67.452)	(70.759)
Passivo circulante	(11.102)	(11.278)
Passivo não circulante	(56.350)	(59.481)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2025			2024		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Caixa e equivalentes de caixa						-
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários		60.099	60.099		53.619	53.619
Outros		35.228	35.228		29.495	29.495
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – Ações/ Quotas			-	188.695		188.695
Fundo de investimento – Multimercado	1.856.634		1.856.634	1.567.469		1.567.469
Fundo de investimento – Renda fixa			-	1.429		1.429
Fundo de investimento – imobiliário			-	18.153		18.153
Total	1.856.634	95.327	1.951.961	1.775.746	83.114	1.858.860

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido
	2025
2026	140.506
2027	139.733
2028	138.496
2029	137.394
2030	137.182
Entre 2031 e 2035	669.534
Entre 2036 e 2040	627.469
2041 em diante	1.820.919
Total	3.811.233

Para fins de capitalização do plano de benefícios definidos, a Companhia espera desembolsar R\$ 11.102 no exercício de 2026.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2025	2024
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.639.475	1.639.475
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	5,07%	4,41%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,89	9,63
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.506.271	1.506.271
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	(4,28)%	(4,08)%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	9,28	9,03

Em 03 de dezembro de 2024 houve a aprovação pelo órgão regulador (PREVIC) do processo de transferência de gerenciamento do Plano PSAP/Elektro da Vivest para a Néos. O plano PSAP/Elektro administrado pela Vivest passou a ser administrado pela Néos a partir 01/01/2026, sem qualquer tipo de interrupção ou prejuízo para os seus participantes.

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2025	2024
Taxa média nominal de desconto	10,61%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	3,66%	4,42%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,66%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	9,58	11,02

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

14. TRIBUTOS

	2025	2024
Imposto de Renda – IR	35.023	21.739
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	19.318	14.078
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	175.968	156.341
Programa de Integração Social – PIS	9.370	7.486
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	43.425	34.143
Impostos e contribuições retidos na fonte	6.361	5.666
Outros	7.031	5.578
Total	296.496	245.031
Circulante	294.378	242.913
Não circulante	2.118	2.118

15. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para litígios

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, fiscais e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para litígios estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais (3)	Regulatórias	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	86.844	84.637	15.053	102	186.636
Adições e reversões, líquido	16.716	9.555	237	1.094	27.602
Pagamentos	(33.727)	(23.930)	(872)	(7)	(58.536)
Atualizações monetárias	17.387	11.769	897	(173)	29.880
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	87.220	82.031	15.315	1.016	185.582
Circulante					40.912
Não circulante					144.670
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	68.652	88.651	12.711	102	170.116
Adições e reversões, líquido	33.752	9.140	1.378	-	44.270
Pagamentos	(37.463)	(20.852)	(66)	-	(58.381)
Atualizações monetárias	21.903	7.698	1.030	-	30.631
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	86.844	84.637	15.053	102	186.636
Circulante					35.998
Não circulante					150.638

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 52.709 (R\$ 58.496 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 72.418 (R\$ 75.382 em 31 de dezembro de 2024); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 9.612 (R\$ 9.254 em 31 de dezembro de 2024).

(3) Processos fiscais: Do total reconhecido, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16.341 para R\$ 13.575, os quais encontram-se atualmente provisionados.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos cíveis (1)	606.131	830.701
Processos trabalhistas (2)	195.363	92.516
Processos fiscais (3)	1.671.529	1.786.825
Outros processos (4)	3.568	-
Total	2.476.591	2.710.042

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

(1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:

- Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 335.337 (R\$ 603.694 em 31 de dezembro de 2024).
- (2) Processos trabalhistas: Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 143.394 (R\$ 56.976 em 31 de dezembro de 2024); e
 - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 51.969 (R\$ 35.539 em 31 de dezembro de 2024).
- (3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
- Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 667.477 (R\$ 612.397 em 31 de dezembro de 2024);
 - Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 233.403 (R\$ 200.414 em 31 de dezembro de 2024);
 - Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 115.769 (R\$ 109.248 em 31 de dezembro de 2024); e
 - Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 402.763 (R\$ 274.375 em 31 de dezembro de 2024).
- (4) Outros processos: Referem-se às ações regulatórias, dentre as quais os objetos são relacionados aos procedimentos para o cálculo dos indicadores de continuidade técnica do serviço, individual e coletivo, questões comerciais, a realização das compensações financeiras correspondentes e da recuperação dos indicadores globais, questões relacionadas à arrecadação ou legalidade de elementos ou rubricas tarifárias e questões relativas à legalidade das ações administrativas impetradas pela ANEEL, inclusive multas aplicadas pela ANEEL às distribuidoras.

Referem-se às ações de natureza cível com objeto regulatório.

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (1) e (4) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2025	2024
Processos cíveis	20.426	9.309
Processos trabalhistas	12.886	15.131
Processos fiscais	3.063	3.764
Outros Processos	1.224	7.141
Total	37.599	35.345

16. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,28%	(904.274)	(977.900)	(1.882.174)
Participação da União, Estados e Municípios		(37.932)	(52.047)	(89.979)
Participação Financeira do Consumidor		(603.639)	(704.700)	(1.308.339)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(254.862)	(213.891)	(468.753)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(3.379)	(4.131)	(7.510)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(4.462)	(3.131)	(7.593)
(-) Amortização Acumulada AIS		391.201	629.480	1.020.681
Participação da União, Estados e Municípios		27.132	37.278	64.410
Participação Financeira do Consumidor		233.987	432.618	666.605
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		125.998	154.826	280.824
Programa de Eficiência Energética - PEE		2.165	2.896	5.061
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		1.919	1.862	3.781
Em curso		(117.105)	-	(117.105)
Participação Financeira do Consumidor		(79.816)	-	(79.816)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(37.236)	-	(37.236)
Outros		(53)	-	(53)
Ultrapassagem de demanda		(71)	-	(71)
Outros		18	-	18
Total		(630.178)	(348.420)	(978.598)

A movimentação das obrigações especiais em serviço e em curso ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2025	Adições Líquidas = (A)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 2025	Valor Líquido em 2024
Em serviço	(1.802.844)	(72)	(79.258)	(1.882.174)	(1.712.937)	1.020.680	(861.494)	(1.802.843)
Participação da União, Estados e Municípios	(89.979)	-	-	(89.979)	-	64.410	(25.569)	(111.812)
Participação Financeira do Consumidor	(1.276.566)	(72)	(31.700)	(1.308.338)	(1.276.638)	666.604	(641.734)	(1.150.113)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(421.575)	-	(47.178)	(468.753)	(421.575)	280.824	(187.929)	(522.621)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.131)	-	(380)	(7.511)	(7.131)	5.061	(2.450)	(8.860)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(7.593)	-	-	(7.593)	(7.593)	3.781	(3.812)	(9.437)
	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada AIS	941.555	79.125	-	1.020.680	1.020.680	-	1.020.680	941.553
Participação da União, Estados e Municípios	60.470	3.940	-	64.410	64.410	-	64.410	74.412
Participação Financeira do Consumidor	610.611	55.993	-	666.604	666.604	-	666.604	534.788
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	262.272	18.552	-	280.824	280.824	-	280.824	322.273
Programa de Eficiência Energética - PEE	4.749	313	-	5.062	5.062	-	5.062	5.858
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.453	327	-	3.780	3.780	-	3.780	4.222
	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	(113.505)	(82.858)	79.258	(117.105)	(196.363)	-	(117.052)	(113.505)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(83.671)	(27.845)	31.700	(79.816)	(111.516)	-	(79.816)	(83.671)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	(29.781)	(54.633)	47.178	(37.236)	(84.414)	-	(37.236)	(29.781)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	(380)	380	-	(380)	-	-	-
Outros	(53)	-	-	(53)	(53)	-	-	(53)
Ultrapassagem de demanda	(71)	-	-	(71)	(71)	-	-	(71)
Outros	18	-	-	18	18	-	-	18
	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(974.794)	(3.805)	-	(978.599)	(888.620)	1.020.680	42.134	(974.795)

17. RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES – TRIBUTOS FEDERAIS

Sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do exercício, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	12.074	11.274
Constituição	-	-
Atualização monetária	1.020	800
Compensação	-	-
Saldo final do exercício	13.094	12.074
Não circulante	13.094	12.074

18. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Caução em garantia (1)	54.954	44.702
Devoluções a consumidores (2)	36.976	76.976
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	15.061	16.179
Repasse a terceiros	9.041	7.004
Bônus estratégico	19.594	-
Devolução MMGD (3)	120.783	68.787
Outros	120.635	96.347
Total	377.044	309.995
Circulante	325.887	272.723
Não circulante	51.157	37.272

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; e
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 2.000.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 952.492 (R\$ 952.492 em 31 de dezembro de 2024).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Total	
					Ações	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451.550	101.279.596	497.875	193.135.421	949.425
Outros	25.147	124	598.697	2.943	623.844	3.067
Total	91.880.972	451.674	101.878.293	500.818	193.759.265	952.492

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Reservas de capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 689.440 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece, em 31 de dezembro de 2025, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (601) (R\$ 33.972 em 31 de dezembro de 2024); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ 8.136 (R\$ (5.252) em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 171.421.

b) Reserva de retenção de Lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 0.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PN
2025				
RCA de 27 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	25.895	0,1269692	0,1396661
AGOE de 11 de abril de 2025	Dividendos adicionais propostos	175.651	0,8654990	0,8612565
RCA de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	29.994	0,1470676	0,1617743
RCA de 18 de julho de 2025	Dividendos intermediários	483.934	2,3728409	2,6101250
AGOE de 29 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio	28.673	0,1405904	0,1546494
RCA de 24 de outubro de 2025	Dividendos intermediários	167.000	0,8188398	0,9007238
RCA de 19 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	26.714	0,1309850	0,1440834
		937.861		

2024

RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	37.771	0,1852000	0,2037200
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos - 2023	419.265	2,0557559	2,2613315
AGOE de 12 de abril de 2024	Dividendos relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores	500.000	2,4516162	2,6967778
RCA de 24 de abril de 2024	Dividendos a partir da reserva de lucros de exercícios anteriores	270.376	1,3257141	1,4582855
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	22.657	0,1110925	0,1222018
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos intermediários	430.000	2,1083899	2,3192289
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	19.416	0,0952012	0,1047213
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	209.000	1,0247756	1,1272531
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	20.890	0,1024285	0,1126714
		1.929.375		

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldos iniciais	17.849	76.653
Dividendos e juros sobre capital próprio:		
Declarados	937.859	1.929.384
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(16.687)	(15.110)
Pagos no exercício	(916.206)	(1.973.078)
Saldos finais	22.815	17.849

20. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Segue a composição da Receita Bruta por natureza:

Receita Bruta	Ref	N° Consumidores (***)		MWh (***)		R\$ Mil	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento - Faturado		3.017.560	2.979.146	9.357.605	10.342.716	4.414.085	4.732.291
Residencial		2.628.377	2.589.298	5.489.051	5.564.269	2.560.421	2.535.305
Industrial		19.257	19.447	412.664	713.642	152.683	284.159
Comercial		211.374	211.039	1.596.327	1.974.811	900.356	1.057.932
Rural		125.034	125.610	754.907	865.160	286.420	321.690
Poder público		22.029	22.576	389.115	413.013	193.575	195.541
Iluminação pública		6.666	6.492	433.717	451.777	140.242	134.507
Serviço público		4.443	4.395	272.485	351.164	180.388	203.157
Consumo próprio		380	289	9.339	8.879		
Suprimento Faturado	(a)					188.657	108.958
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	(b)					6.970.431	7.092.987
Consumidores Cativos (*)						4.406.879	4.670.287
Consumidores Livres						2.563.552	2.422.700
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado						294.449	(109.384)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	(c)					415.844	197.212
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulatórios	(c)					(56.987)	(524.547)
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais							
Serviços Cobráveis						5.123	3.399
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (**)						1.273.368	966.197
Total		3.017.560	2.979.146	9.357.605	10.342.716	13.504.970	12.467.113

(*) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL n° 3.377/2024; e

(**) A Lei n° 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 113.412 (R\$ 95.282 em 31 de dezembro de 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 1.015.267 (R\$ 713.195 em 31 de dezembro 2024) referentes à subvenção CDE, (iii) R\$ 137.226 (R\$ R\$ 111.779 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção CCRBT e (iv) R\$ 7.463 (R\$ 45.940 em 31 de dezembro de 2024) referente à subvenção modicidade Eletrobras; e

(***) Informações não auditadas.

(a) Suprimento faturado

Receita proveniente do suprimento de energia elétrica faturado, em função da comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(b) Uso da rede elétrica de distribuição faturado

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente à cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição para consumidores livres e cativos.

(c) Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	2025	2024
CVA Ativa e Passiva		
Energia (1)	275.817	320.277
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (2)	(56.205)	13.424
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	159.314	(50.401)
TUST (4)	6.156	(93.914)
PROINFA (6)	30.762	7.826
Subtotal	415.844	197.212
Componentes financeiros e Subsídios		
Neutralidade de encargos setoriais (5)	125.340	(87.724)
Repasse de sobrecontratação (7)	(73.971)	(255.513)
Risco hidrológico (8)	83.269	6.260
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo (9)	(85.928)	(116.510)
Diferimento de reajuste (10)	(138.721)	(64.660)
Créditos Pis/Cofins sobre ICMS		5.720
Crédito consumidor reversão para modicidade	7.152	871
Modicidade Eletrobrás (11)	23.554	(5.965)
Arrecadação de encargos CDE	-	(12.074)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	(5.658)	5.658
Outros	7.976	(610)
Subtotal	(56.987)	(524.547)
Total	358.857	(327.335)

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025;
- (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2024 e 2025;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2025, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito a receber na tarifa;
- (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2024 e 2025;
- (5) CVA ativa referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados do reajuste tarifário de 2025;

- (6) CVA ativa, em função da REH nº 3.422/24, que estabelece, para o ano de 2025, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentiva às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a receber;
- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor a maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (8) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL no submódulo 4.4 do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (9) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 do PRORET;
- (10) Neutralidade da reversão de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu como redutor no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2022, de acordo com Artigo 16 do Decreto nº 11.027/2022, que havia sido realizada pela concessionária no reajuste 2024;
- (11) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021, e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024 e nº 1.536/2025, e a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024 e 2025, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 23.554 em 31 de dezembro de 2025.

21. COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Compra	3.409	(554.747)	20.128	4.604
Compra estimada	-	557.412	-	(99)
	3.409	2.665	20.128	4.505

	2025		2024	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Venda	998.187	185.872	1.012.640	93.509
Venda estimada	422.075	11.204	62.745	2.785
	1.420.262	197.076	1.075.385	96.294

(*) Informações não auditadas.

• **Situação normal:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foram determinados pela CCEE e referendados pela Companhia, como ocorreu com as contabilizações de janeiro a outubro de 2025.

• **Situação excepcional:** Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas Outorgadas que tiveram excedente/falta de energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das demonstrações contábeis a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, para os meses de novembro e dezembro de 2025 os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações e cuja contabilização ocorreram no fechamento de janeiro e fevereiro de 2026.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

a) Custos não gerenciáveis - Parcela A

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024
Compra para revenda				
Energia adquirida no ambiente de contratação regulado – ACR (1)	8.027.695	8.111.414	(1.981.388)	(1.839.730)
Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo – MCP (2)	-	-	(606.081)	(321.714)
Energia curto prazo – PLD e MRE (3)	-	20.128	2.665	4.505
Contratos por cotas de garantia física (4)	1.818.000	2.211.942	(356.556)	(388.280)
Energia Itaipu (5)	2.281.683	2.347.377	(516.965)	(535.041)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	458.723	463.208	(142.927)	(160.228)
Energia MMGD	218.422	298.584	(46.203)	(68.787)
Outros	216.402	228.683	(130.572)	(102.990)
Subtotal	13.020.925	13.681.336	(3.778.027)	(3.412.265)
Créditos PIS e COFINS			350.573	299.090
Total	13.020.925	13.681.336	(3.427.454)	(3.113.175)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.525.468)	(1.514.421)
Encargos de transporte Itaipú			(78.962)	(86.397)
Encargos de conexão			(88.428)	(100.106)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(41.161)	(40.265)
Encargo de serviço do sistema – ESS (6)			30.575	(48.720)
Encargo de energia de reserva – EER (7)			(226.465)	(239.516)
Outros encargos			(17.813)	(1.320)
Subtotal			(1.947.722)	(2.030.745)
Créditos PIS e COFINS			182.619	197.367
Total			(1.765.103)	(1.833.378)
Total dos custos com energia elétrica	13.020.925	13.681.336	(5.192.557)	(4.946.553)

(*) Informações não auditadas.

PLD – Preço de Liquidação de Diferenças

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do menor volume de cessão de MCSD EN (o mecanismo atua como redução de despesa), e dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 19 de agosto de 2025;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2025 (223,43 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2024 (127,86 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT n° 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2025 (REH n° 3.150, de 09 de dezembro de 2022) em relação a 2024);
- (5) Redução da demanda (DSP n° 3.836, de 19 de dezembro de 2024) e da Tarifa US\$/kW (DSP n° 3.625/2024, de 17 de dezembro de 2024);
- (6) Redução do custo com ESS Brasil devido as contabilizações dos meses de março e abril/2025, em que a CCEE apontou a existência de um excedente financeiro no setor elétrico. Esse saldo positivo foi gerado, principalmente, pela diferença do PLD entre os submercados, o que possibilitou o alívio financeiro para os agentes com perfil consumo (distribuidoras). O excedente contribuiu para mitigar exposições financeiras negativas e encargos nos referidos meses. Além disso, permitiu a cobertura integral do alívio retroativo. O valor total do crédito referente a esse alívio foi de aproximadamente R\$ 1.483.466 distribuído proporcionalmente entre os agentes com base no consumo de cada um; e
- (7) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do aumento do PLD em 2025, se comparado a 2024.

b) Pessoal e administradores

	2025	2024
Pessoal	(512.632)	(463.058)
Remuneração	(139.494)	(125.453)
Encargos	(48.878)	(44.959)
Previdência privada - Corrente	(72.177)	(62.772)
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	4.576	3.602
Despesas rescisórias	(12.697)	(8.883)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(67.454)	(71.782)
Outros benefícios - Corrente	(143.077)	(137.062)
Outros	(33.431)	(15.749)
Administradores	(3.682)	(4.293)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(2.771)	(3.153)
Benefícios dos administradores	(911)	(1.140)
Total	(516.314)	(467.351)

c) Depreciação e amortização

	2025	2024
Quota de depreciação e amortização no exercício	(510.655)	(482.599)
(-) Crédito PIS/COFINS	5.333	4.799
Total	(505.322)	(477.800)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	80.888	95.682
(-) Tributos sobre receita financeira	(14.464)	(13.808)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	82.685	86.986
Atualização de depósitos judiciais	948	1.108
Atualização do ativo financeiro setorial	107.608	151.857
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	808
Multa contratual do consumidor	65.183	70.079
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (1)	228.359	80.604
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (1)	135.164	358.147
Ganhos com variações cambiais e monetárias	38.027	1.483
Outras receitas financeiras	1.923	8.319
Total	726.321	841.265
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(916.718)	(657.913)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(7.244)	(9.132)
Atualização do passivo financeiro setorial	(133.070)	(181.897)
Atualização de provisões para processos judiciais	(26.974)	(21.522)
IOF	(1.045)	(494)
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (1)	(106.907)	(323.952)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (1)	(323.818)	(164.097)
Perdas com variações cambiais e monetárias	(3.744)	(2.337)
Outras despesas financeiras	(123.378)	(106.601)
Total	(1.642.898)	(1.467.945)
Resultado financeiro líquido	(916.577)	(626.680)

- (1) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente receita nos derivativos; e
- (2) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactado pelo aumento do volume da dívida.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

24.1. Saldos em aberto com partes relacionadas

				2025
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	-	25.171	-	25.171
	-	25.171	-	25.171
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros (a)	7.250	-	28.274	35.524
Benefícios a empregados	-	-	1.907	1.907
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	22.631	184	22.815
Outros passivos (d)	(1.421)	-	-	(1.421)
	5.829	22.631	30.365	58.825
	5.829	22.631	30.365	58.825
				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	24	33.367	-	33.391
	24	33.367	-	33.391
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros (a)	6.535	-	24.181	30.716
Benefícios a empregados	-	-	26	26
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	17.697	152	17.849
Outros passivos (d)	(1.988)	-	-	(1.988)
	4.547	17.697	24.359	46.603
	4.547	17.697	24.359	46.603

24.2. Transações com partes relacionadas

				2025
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	2.679	-	-	2.679
Custos dos serviços (a)	(57.562)	-	(220.358)	(277.920)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	18.002	(675)	(4.985)	12.342
Resultado financeiro líquido (c)	-	(68.606)	-	(68.606)
	(36.881)	(69.281)	(225.343)	(331.505)
				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	2.597	-	-	2.597
Custos dos serviços (a)	(55.641)	-	(209.797)	(265.438)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	17.223	(850)	(3.264)	13.109
Resultado financeiro líquido (c)	-	(62.086)	-	(62.086)
	(35.821)	(62.936)	(213.061)	(311.818)

24.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 24.1 e 24.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
d	Neoenergia Distribuição de Brasília	Compartilhamento de pessoal	N/A	5 anos	2030	168	2.433	194	2.020
d	Neoenergia Pernambuco	Compartilhamento de pessoal	N/A	5 anos	2030	185	1.997	405	1.692
a	Ceu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2042	-	-	(723)	(6.259)
d	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de pessoal	N/A	5 anos	2030	909	10.994	1.154	9.952
a	Neoserv	Bônus solar	IPCA	5 anos	2025	-	(634)	(38)	(647)
a	Energética Águas da Pedra S.A. (EAPSA)	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2040	(2.762)	(21.105)	(2.333)	(20.187)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	4 anos	2026	25.171	(68.606)	33.367	(62.086)
e	Neoenergia S.A.	Pagamento de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(22.631)	-	(17.697)	-

Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2025		2024	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	30 anos	2044	(27.509)	(211.427)	(23.236)	(201.069)
b	Funcesp	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	-	(629)	-	(1.965)
a	Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A.	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	20 anos	2028	-	(3.761)	(396)	(3.599)

24.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	2.597	2.457
Outros benefícios de curto prazo	777	920
Benefícios de longo prazo	308	916
	3.682	4.293

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

25. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos de Distribuição de Energia Elétrica, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto à Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores da Companhia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

25.1. Riscos financeiros e mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram a Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;

- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 26.5.

Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 26.5.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar seus compromissos nos respectivos vencimentos.

A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 12), além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 12).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

25.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*).

É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A+	-
Bank of America	-	-	AAA
BNDES	AAA	AAA	AAA
BNP Paribas	-	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ ¹	A	A	A
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	-	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	-	AAA

(1) Mitsubishi Bank - MUFG possui *rating* somente em escala global.

25.3. Risco Regulatório

Ambiente regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio econômico-financeiro das concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior. Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, destacando a eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de sustentabilidade econômica e financeira

A Companhia deve preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura do processo administrativo punitivo voltado à aplicação da caducidade da concessão.

Os indicadores de sustentabilidade são apurados a partir dos dados econômico-financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória, disponíveis para avaliação. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores relevantes.

Indicadores de continuidade do fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, o regulador pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, o regulador também pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

25.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	R\$ 626.900
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 44.000
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 1.561.980
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1.000
D&O	23/08/2025 a 23/08/2026	R\$ 150.000
Cibersegurança	31/05/2025 a 31/05/2026	R\$ 32.132
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2.000

26. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

26.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	222.005		159.404	183.542	-	561.020
Investimentos temporário	4.889		10.314	45	-	19.565
Contas a receber de clientes e outros	2.788.120			2.434.107	-	
Instrumentos financeiros derivativos			70.433	-	76.860	152.967
Ativos financeiros setoriais	772.359			735.765	-	-
Outros ativos financeiros	74.068			57.969	-	-
Ativos financeiros	3.861.441	-	240.151	3.411.428	76.860	733.552
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	863.117			814.304	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.411.886		835.671	6.967.176	-	298.765
Passivos financeiros setoriais	910.737			1.360.490	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		53.215	831	-	6.877	-
Passivo de arrendamento	6.966			5.770	-	-
Uso do bem público				-	-	-
Outros passivos financeiros	113.008			130.231	-	13.529
Passivos financeiros	9.305.714	53.215	836.502	9.277.971	6.877	312.294

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

26.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 26.6 (análise de sensibilidade).

26.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	159.404	561.020
Investimentos temporário	10.314	19.565
Instrumentos financeiros derivativos	70.433	229.827
	240.151	810.412
Passivos financeiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	835.671	298.765
Instrumentos financeiros derivativos	54.046	6.877
Outros passivos	-	13.529
	889.717	319.171

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

26.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.411.886	7.520.989	6.967.176	7.113.471

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

26.5. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 12.821	US\$ 19.312	2027	70.654	118.828
Passivo	R\$ 42.271	R\$ 62.484		(40.768)	(60.216)
Exposição Líquida				29.886	58.612

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 11.411	US\$ 30.083		61.625	179.949
Passivo	R\$ 39.553	R\$ 86.942	2027	(39.026)	(85.593)
Exposição Líquida				22.599	94.356

O programa abaixo é designado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 133.709	US\$ 149.639	2027-2028	731.674	905.670
Passivo	R\$ 772.837	R\$ 823.251		(784.086)	(837.142)
Exposição Líquida				(52.412)	68.528

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 1.101	US\$ 736	2025-2027	(255)	512
Exposição Líquida				(255)	512

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 296	€ 1.236	2026	(92)	941
Exposição Líquida				(92)	941

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *Swaps* para mitigar a exposição.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	R\$ 716.118	R\$ -	2032	718.279	-
Passivo	R\$ 717.949	R\$ -		(701.619)	-
Exposição Líquida				16.660	-

26.6. Análise sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 61 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,5024	(867.995)	(884.872)	(132.730)	(265.461)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			863.954	880.754	132.113	264.227
Exposição Líquida				(4.041)	(4.118)	(617)	(1.234)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(6.318)	885	1.770
NDF				6.318	(885)	(1.770)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6,4692	(1.957)	286	572
NDF				1.957	(286)	(572)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	353.014	12.451	(1.787)	(3.602)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,90%	(4.491.505)	(724.177)	(108.627)	(217.253)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,90%	(1.565.498)	(236.292)	(35.444)	(70.888)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(2.246.039)	(219.492)	(13.608)	(27.215)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta da SOFR 6M	3,71%	(70.654)	(4.032)	(468)	(936)
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta da SOFR 6M	3,71%	71	4.032	468	936

27. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (I)	Construção de Infraestrutura
2027	3.369.313	1.148.641
2028	3.521.120	1.041.335
2029	3.645.865	1.179.190
2030	3.877.488	1.272.678
2031	4.097.773	1.329.009
Entre 2032 em diante	24.912.314	6.829.485

- (I) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

28. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	870.350	911.079
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	(295.919)	(309.767)
Efeitos fiscais sobre:		
Contribuições e doações	-	(378)
Multas Indedutíveis	(1.607)	(257)
Depreciação veículos executivos	(487)	(218)
P&D	1.162	3.950
Juros sobre o capital próprio	37.834	34.250
Incentivos fiscais	9.551	9.090
Atualização SELIC indêbitos tributários (1)	52.057	-
Outros	13.984	(7.388)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(183.425)	(270.718)
Alíquota efetiva	21%	30%

(1) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no ano-calendário de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico-tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

29. REAJUSTE TARIFÁRIO

29.1. Reajuste Tarifário Anual – IRT 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 19 de agosto de 2025, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2025, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.510/2025. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 11,88%, sendo que para os consumidores da alta tensão, um efeito médio em 12,39%, enquanto para os da baixa tensão, em 11,62%.

29.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração RTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada na revisão tarifária anterior deve ser “blindada”. Como Base Blindada entende-se os valores aprovados por laudo de avaliação na última revisão tarifária, associados aos ativos existentes, em operação, excetuando-se as movimentações ocorridas (baixas, depreciação) e as respectivas atualizações, além dos valores para as contas de Almojarifado de Operações;
- As inclusões entre as datas-bases da revisão tarifária anterior e atual, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária vigente;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases da revisão tarifária anterior e da atual – base incremental (item b);

(d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária da RTP vigente;

(e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória – BRR quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como o resultado do cálculo da remuneração do capital e quota de reintegração:

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	15.846.765
(2) Índice de Aproveitamento Integral	121.408
(3) Obrigações Especiais Bruta	1.780.112
(4) Bens Totalmente Depreciados	4.489.549
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	9.455.696
(6) Depreciação Acumulada	8.673.138
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	7.173.627
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	76.827
(9) Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	7.096.800
(10) Almojarifado em Operação	44.762
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	965.249
(13) Terrenos e Servidões	344.987
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	6.521.300
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	6.521.300
(16) WACC	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	733.666
(18) Base Obrigações Especiais	1.780.112
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,78%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	31.672
(21) Remuneração do Capital = (17)+(20)	765.338
(22) Taxa de Depreciação	4,34%
(23) Quota de Reintegração Regulatória = (5)*(22)	410.377

Pág. 11 da Nota Técnica no 87/2023-STR/ANEEL, de 18/08/2023).

29.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço – AIS que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

Descrição	Valores (*)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	919.745
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	413.885
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	110.369
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	395.490
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	44.507
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	21.975
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	96.868
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	163.350

(Pág. 12 da Nota Técnica no 87/2023-STR/ANEEL, de 18/08/2023).

29.4. Resumo do Reajuste Tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata do reajuste tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (R\$ mil)	Receita Verificada (R\$ mil)	Reajuste (R\$ Mil)	Var Projetado (%)	Impacto no Reajuste Tarifário (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	6.627.745	6.439.557	7.265.569	12,83%	8,69%	70,04%
1.1. Encargos Setoriais	1.999.314	2.018.322	2.588.651	28,60%	6,00%	24,96%
TFSEE	14.405	14.696	14.889	1,32%	0,00%	0,14%
CDE	1.514.699	1.541.002	2.015.089	30,76%	4,99%	19,43%
PROINFA	186.503	192.763	239.183	24,08%	0,49%	2,31%
P&D (Eficiência Energética)	82.318	81.396	86.531	6,31%	0,05%	0,83%
NOS	290	297	306	2,92%	0,00%	0,00%
ESS	201.100	188.168	232.653	23,64%	0,47%	2,24%
1.2. Transmissão	1.484.050	1.492.243	1.612.555	8,06%	1,27%	15,55%
Rede Básica	713.115	719.586	749.909	4,21%	0,32%	7,23%
Rede Básica Fronteira	537.079	541.418	615.626	13,71%	0,78%	5,93%
Itaipu	106.726	104.448	121.557	16,38%	0,18%	1,17%
Conexão	76.822	76.822	78.962	2,79%	0,02%	0,76%
CUSD	41.663	41.324	37.263	-9,83%	-0,04%	0,36%
Outros	8.646	8.646	9.238	6,85%	0,01%	0,09%
1.3. Compra de Energia	3.144.380	2.928.992	3.064.363	4,62%	1,42%	29,54%
CCEAR Existente	87.581	81.581	-	-100,00%	0,00%	0,00%
CCCEAR Nova	1.634.208	1.522.265	1.706.634	12,11%	0,79%	16,45%
Contratos Bilaterais	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Itaipu/Outros	1.422.592	1.325.145	1.357.729	2,46%	0,63%	13,09%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.976.817	3.067.662	3.107.401	1,30%	0,42%	29,96%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	1.642.992	1.693.133	1.715.065	-	-	-
2.2. Remuneração	889.286	916.425	928.296	-	-	-
2.3. Depreciação	476.839	491.391	497.756	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	78.155	80.540	81.584	-	-	-
2.5. Outras Receitas	(110.455)	(113.826)	(115.300)	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	-3,21%		9,11%			
4. Componentes Financeiros	0,78%		2,53%			
5. Reposicionamento com Financeiros	-2,43%		11,64%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-3,21%		0,24%			
7. Efeito para Consumidor	-5,64%		11,88%			

30. CONCILIAÇÃO REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS Accounting Standards e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards.

30.1. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

	Ref.	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		3.996.141	(484.049)	3.512.092	4.117.260	(723.046)	3.394.214
Caixa e equivalentes de caixa		381.409	-	381.409	744.562	-	744.562
Consumidores	(a)/(b)	1.292.679	90.426	1.383.105	1.089.846	117.520	1.207.366
Concessionárias e permissionárias		1.187.269	(7)	1.187.262	1.048.515	(7)	1.048.508
Serviços em curso	(b)	107.944	(71.628)	36.316	208.895	(180.157)	28.738
Tributos sobre o lucro a recuperar	(b)	-	73.867	73.867	-	3.582	3.582
Tributos compensáveis	(b)	153.948	(73.867)	80.081	67.512	(3.582)	63.930
Almoxarifado operacional		12.552	-	12.552	13.326	-	13.326
Investimentos temporários		15.203	-	15.203	19.580	-	19.580
Ativos financeiros setoriais	(c)	503.095	(380.454)	122.641	541.074	(541.074)	-
Despesas pagas antecipadamente		87.613	-	87.613	61.690	-	61.690
Instrumentos financeiros derivativos		24.898	-	24.898	127.646	-	127.646
Outros ativos circulantes	(a)/(b)	229.531	(122.386)	107.145	194.614	(119.328)	75.286
Ativo não circulante		10.010.800	(443.211)	9.567.589	9.436.196	(819.528)	8.616.668
Consumidores		26.724	-	26.724	15.393	-	15.393
Concessionárias e permissionárias		17.966	-	17.966	17.966	-	17.966
Tributos compensáveis		107.072	-	107.072	92.349	-	92.349
Depósitos judiciais e cauções		37.599	-	37.599	35.345	-	35.345
Investimentos temporários		-	-	-	30	-	30
Ativos financeiros setoriais	(c)	269.264	(269.264)	-	194.691	(194.691)	-
Instrumentos financeiros derivativos		45.535	-	45.535	102.181	-	102.181
Outros ativos não circulantes	(a)/(b)	37.413	4.241	41.654	36.169	4.241	40.410
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		4.228	(4.228)	-	4.228	(4.228)	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(e)	-	7.437.947	7.437.947	-	6.304.123	6.304.123
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(f)	-	725.839	725.839	-	627.036	627.036
Direito de uso	(g)	6.439	50.576	57.015	4.950	38.075	43.025
Imobilizado	(e)/(f)/(h)	8.977.571	(8.977.571)	-	8.497.535	(8.497.535)	-
Intangível	(f)	480.989	589.249	1.070.238	435.359	903.451	1.338.810
Total do ativo		14.006.941	(927.260)	13.079.681	13.553.456	(1.542.574)	12.010.882

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



	Ref.	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		3.599.786	(464.201)	3.135.585	4.248.265	(712.495)	3.535.770
Fornecedores		863.117	-	863.117	814.304	-	814.304
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.330.321	-	1.330.321	1.361.749	-	1.361.749
Passivo de arrendamento	(g)	32.494	(12.119)	20.375	4.828	8.736	13.564
Obrigações sociais e trabalhistas		154.802	-	154.802	140.268	-	140.268
Benefício pós-emprego		11.102	-	11.102	11.278	-	11.278
Tributos		294.378	-	294.378	242.913	-	242.913
Provisão para litígios		40.912	-	40.912	35.998	-	35.998
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		22.815	-	22.815	17.849	-	17.849
Encargos setoriais	(b)	112.268	(71.628)	40.640	212.394	(180.157)	32.237
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	(c)	380.454	(380.454)	-	1.127.084	(541.074)	586.010
Instrumentos financeiros derivativos		31.236	-	31.236	6.877	-	6.877
Outros passivos circulantes		325.887	-	325.887	272.723	-	272.723
Passivo não circulante		8.840.026	(936.664)	7.903.362	7.494.662	(1.032.824)	6.461.838
Empréstimos, financiamentos e debêntures		6.917.236	-	6.917.236	5.904.192	-	5.904.192
Passivo de arrendamento	(g)	(25.528)	68.534	43.006	942	34.813	35.755
Benefício pós-emprego		56.350	-	56.350	59.700	-	59.700
Tributos		2.118	-	2.118	2.118	-	2.118
Provisão para litígios		144.670	-	144.670	150.638	-	150.638
Encargos setoriais		52.078	-	52.078	39.785	-	39.785
Tributos diferidos	(d)	97.159	242.665	339.824	79.740	101.849	181.589
Passivos financeiros setoriais	(c)	530.283	(269.264)	261.019	233.406	(194.691)	38.715
Instrumentos financeiros derivativos		22.810	-	22.810	-	-	-
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais		13.094	-	13.094	12.074	-	12.074
Outros passivos não circulantes		51.157	-	51.157	37.272	-	37.272
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(b)/(f)	978.599	(978.599)	-	974.795	(974.795)	-
Patrimônio líquido		1.567.129	473.605	2.040.734	1.810.529	202.745	2.013.274
Capital social		952.492	-	952.492	952.492	-	952.492
Reservas de capital		765.882	-	765.882	765.882	-	765.882
Outros resultados abrangentes	(d)/(h)	776.425	(821.062)	(44.637)	846.430	(898.602)	(52.172)
Reservas de lucros		171.421	-	171.421	171.421	-	171.421
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(i)	(1.294.667)	1.294.667	-	(1.101.347)	1.101.347	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		195.576	-	195.576	175.651	-	175.651
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.006.941	(927.260)	13.079.681	13.553.456	(1.542.574)	12.010.882

30.2. Conciliação das demonstrações do resultado regulatório e societário

	Ref.	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		13.504.970	1.587.697	15.092.667	12.467.113	1.498.091	13.965.204
Fornecimento de energia elétrica	(a)/(b)	4.537.723	(5.968)	4.531.755	4.635.571	(3.255)	4.632.316
Suprimento de energia elétrica		297.916	-	297.916	96.294	-	96.294
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	(a)/(b)	7.031.983	92	7.032.075	7.092.987	(15)	7.092.972
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		358.857	-	358.857	(327.335)	-	(327.335)
Serviços cobráveis	(a)/(b)	5.123	(1.752)	3.371	3.399	2.129	5.528
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		1.273.368	-	1.273.368	966.197	-	966.197
Outras receitas vinculadas	(b)/(e)	-	495.468	495.468	-	483.419	483.419
Receita de Construção	(j)	-	1.099.857	1.099.857	-	1.015.813	1.015.813
Tributos		(2.992.562)	-	(2.992.562)	(2.913.918)	-	(2.913.918)
ICMS		(1.958.976)	-	(1.958.976)	(1.952.434)	-	(1.952.434)
PIS-PASEP		(184.224)	-	(184.224)	(171.336)	-	(171.336)
Cofins		(848.545)	-	(848.545)	(789.262)	-	(789.262)
ISS		(817)	-	(817)	(886)	-	(886)
Encargos - Parcela "A"		(2.122.805)	-	(2.122.805)	(1.723.350)	-	(1.723.350)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(42.176)	-	(42.176)	(39.356)	-	(39.356)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.893.744)	-	(1.893.744)	(1.547.705)	-	(1.547.705)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(42.176)	-	(42.176)	(39.356)	-	(39.356)
Taxa de fiscalização		(14.607)	-	(14.607)	(13.382)	-	(13.382)
Outros encargos		(130.102)	-	(130.102)	(83.551)	-	(83.551)
Receita líquida / Ingresso líquido		8.389.603	1.587.697	9.977.300	7.829.845	1.498.091	9.327.936
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(5.192.552)	-	(5.192.552)	(4.946.553)	-	(4.946.553)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.427.450)	-	(3.427.450)	(3.113.175)	-	(3.113.175)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		-	-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(1.765.102)	-	(1.765.102)	(1.833.378)	-	(1.833.378)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		3.197.051	1.587.697	4.784.748	2.883.292	1.498.091	4.381.383
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(1.410.124)	(1.103.625)	(2.513.749)	(1.345.533)	(1.011.541)	(2.357.074)
Pessoal e administradores		(520.890)	-	(520.890)	(470.953)	-	(470.953)
Entidade de previdência privada		4.576	-	4.576	3.602	-	3.602
Material		(75.597)	-	(75.597)	(69.051)	-	(69.051)
Serviços de terceiros		(243.947)	-	(243.947)	(236.548)	-	(236.548)
Arrendamento e aluguéis	(b)/(g)	(18.484)	19.233	749	(11.521)	11.251	(270)
Seguros		(4.416)	-	(4.416)	(4.487)	-	(4.487)
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	(1.111)	-	(1.111)
Provisões		(120.478)	-	(120.478)	(150.618)	-	(150.618)
Perdas na alienação de bens e direitos	(h)	(81.189)	41.424	(39.765)	(81.236)	35.822	(45.414)
(-) Recuperação de despesas		14.247	-	14.247	8.092	-	8.092
Tributos		(12.029)	-	(12.029)	(10.020)	-	(10.020)
Depreciação e amortização	(b)/(g)/(k)	(505.322)	59.113	(446.209)	(477.800)	89.865	(387.935)
Gastos diversos da atividade vinculada	(a)/(b)	(51.465)	65.533	14.068	(59.624)	65.868	6.244
Outras Receitas Operacionais	(b)	211.995	(196.196)	15.799	221.579	(204.371)	17.208
Outras Despesas Operacionais	(b)	(7.125)	7.125	-	(5.837)	5.837	-
Custo de Construção	(j)	-	(1.099.857)	(1.099.857)	-	(1.015.813)	(1.015.813)
Resultado da Atividade		1.786.927	484.072	2.270.999	1.537.759	486.550	2.024.309
Resultado Financeiro	(b)/(g)/(l)	(916.577)	(72.397)	(988.974)	(626.680)	(73.028)	(699.708)
Despesas financeiras		(1.642.898)	528.768	(1.114.130)	(1.467.945)	639.295	(828.650)
Receitas financeiras		726.321	(568.246)	158.075	841.265	(662.171)	179.094
Outros resultados financeiros, líquidos		-	(32.919)	(32.919)	-	(50.152)	(50.152)
Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros		870.350	411.675	1.282.025	911.079	413.522	1.324.601
Despesa com impostos sobre os lucros		(183.425)	(140.814)	(324.239)	(270.718)	(138.498)	(409.216)
Despesa com impostos sobre os lucros	(d)	(183.425)	(140.814)	(324.239)	(270.718)	(138.498)	(409.216)
Amortização ágio e reversão PMIPL		-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício		686.925	270.861	957.786	640.361	275.024	915.385

30.3. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Ref.	2025	2024
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária		2.040.734	2.013.274
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		(473.605)	(202.745)
Reavaliação regulatória compulsória	(h)	1.244.033	1.361.519
Prejuízos Acumulados	(i)	(1.294.667)	(1.101.347)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(d)	(422.971)	(462.917)
Patrimônio líquido conforme contabilidade regulatória		1.567.129	1.810.529

30.4. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	Ref.	2025	2024
Lucro líquido conforme contabilidade societária		957.786	915.385
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		(270.861)	(275.024)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(e)	(296.778)	(276.832)
Perda desativação bem ou direito - reavaliação	(h)	(41.424)	(35.822)
Depreciação/amortização	(k)	(73.573)	(101.057)
IFRS 15 / CPC 47	(a)	(266)	(108)
IFRS 16 / CPC 06	(g)	366	297
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(d)	140.814	138.498
Lucro (prejuízo) líquido regulatório		686.925	640.361

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Consumidores

Os ajustes são decorrentes da classificação como contas a receber para fins societários dos valores pendentes de recebimento para participação financeira de consumidores referente a obras vinculadas à concessão e subvenções a receber do poder concedente que de acordo com o MCSE são apresentadas como outros ativos, respectivamente. Além disso, estão apresentados os ajustes do CPC 47 / IFRS 15 não adotados na contabilidade regulatória.

(b) Reclassificações entre ativos e passivos, receitas e despesas

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita financeira na contabilidade regulatória, dentre outras.

(c) Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes da apresentação dos ativos e passivos setoriais pelo líquido, para fins societários, enquanto que para fins regulatórios, são apresentados segregados conforme requer o MCSE (nota 3).

(d) Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes do registro de tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias entre as contabilizações societárias e regulatórias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

(e) Ativos financeiros da concessão

Para fins societários, o ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. Adicionalmente, as variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício societário e cujo valor total em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 296.778 (R\$ 276.832 em 31 de dezembro de 2024). No regulatório, é reconhecido no imobilizado e é reavaliado conforme laudo homologado pela ANEEL.

(f) Imobilizado / Intangível / Obrigações vinculadas à concessão

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC12 e OCPC 05 – Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento, o ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais foram bifurcados em ativo intangível e financeiro para o societário.

(g) Direito de uso / passivo de arrendamento

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento de ativo direito de uso e passivo de arrendamento, no societário, em aderência às disposições contidas no CPC 06 (R2)/IFRS 16, através da substituição da despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação; enquanto no regulatório exclui os contratos diretamente vinculados às instalações de energia elétrica, que são reconhecidos como despesa de aluguel.

(h) Reavaliação compulsória

O ativo imobilizado está registrado com base na reavaliação regulatória compulsória, conforme definido nos artigos 3º e 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, com vigência para o exercício de 2011, apurada pelo Valor Novo de Reposição (VNR) na data-base abril de 2023, em contrapartida à rubrica de reserva de avaliação patrimonial. As aquisições posteriores a data-base da reavaliação, estão registradas ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor de recuperação. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. A realização da reserva de reavaliação compulsória se dá pela depreciação e/ou venda/baixa dos bens reavaliados.

(i) Prejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

(j) Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes de receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, para fins societários, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

(k) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

(l) Agrupamento entre receitas e despesas financeiras líquidas

Para fins societários, a variação cambial, marcação a mercado e instrumentos derivativos são apresentados pelo líquido em outros resultados financeiros. No regulatório, a apresentação é segregada entre receitas e despesas financeiras, conforme MCSE.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Captação da dívida

A Companhia captou o montante de R\$ 400.000, via 4131 com swap, com vencimento para 3 anos, sendo R\$ 200.000, em 09 janeiro 2026 e R\$ 200.000, em 09 de fevereiro de 2026.

A Companhia captou em março de 2026 o montante de R\$ 900.000, via mercado de capitais, através de sua 18ª emissão de debentures em duas séries, com vencimentos em 5 e 7 anos.

Aprovação da distribuição de juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração aprovou, em 5 de março de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício de 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 30.313, na forma de juros sobre capital próprio, a serem pagos até 31 de dezembro de 2026.

Auto de infração referente a cobrança de ICMS

A Companhia recebeu em janeiro de 2026, um auto de infração no monte de R\$ 906 referente a cobrança de ICMS por supostas inconsistências nos estornos de débitos realizados em relação em ativo imobilizado.

Renovação da concessão

Em 4 de abril de 2026, o Ministério de Estado de Minas e Energia publicou o despacho deferindo os requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição e convocação para assinatura do aditivo de contrato.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Elektro Redes S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Elektro Redes S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 11 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas previstas em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 07 de abril de 2026.

Antonio Sérgio Casanova
Presidente
CPF: 078.728.548-05

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 088.419.287-35

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
Contadora
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

....

XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Neoenergia Elektro
Rua Ary Antenor de Souza, 321
Jd. Nova América, Campinas – SP
CEP 13053-024

Este documento foi assinado digitalmente por Antonio Sergio Casanova, Renato De Almeida Rocha e Carla Suely Pedreira Do Nascimento Reis.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/> e utilize o código D4C5-C8E3-D7F9-8334.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas NEOENERGIA. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/D4C5-C8E3-D7F9-8334> ou vá até o site <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D4C5-C8E3-D7F9-8334



Hash do Documento

238D31C6BC6D9C74098032C707AADE141085CBEDD8A243E8874C3ACF24D07292

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2026 é(são) :

Antonio Sergio Casanova - 078.728.548-05 em 07/04/2026 16:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.702672 Longitude: -49.482109 Accuracy: 38

IP: 172.16.4.3

AC: AC Certisign RFB G5

Renato De Almeida Rocha - 088.419.287-35 em 07/04/2026 14:47 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.4

AC: AC Certisign RFB G5

Carla Suely Pedreira Do Nascimento Reis - 614.811.305-87 em 07/04/2026 14:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.4

AC: AC SERASA RFB v5

